



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

EXAME

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90369/2024/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0009.009612/2024-63

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de locação e manutenção de equipamentos de inspeção corporal (body scanner), incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato, para apoio aos procedimentos de segurança nas unidades prisionais, para atender necessidades da Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação, estabelece que os **pedidos de esclarecimentos e impugnações**, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o(a) Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, sendo que o não exercido tempestivamente, acarretará a preclusão do seu direito. *In verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Os pedidos de esclarecimentos das empresas, foram encaminhados, via e-mail, nas datas de 24 a 30/04/2025. Nesse sentido, considerando que a sessão inaugural estava pré-agendada para o dia 29/04/2025 as **10h00min** (Horário de Brasília - DF), informa-se, portanto, que, quanto aos pedidos encaminhados dentro do prazo legal, estes foram recebidos e conhecidos, por atenderem as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo, portanto, considerado **TEMPESTIVOS**.

Por outro lado, os pedidos encaminhados fora do prazo legal foram recebidos, mas não conhecidos, uma vez que não atendem às condições de admissibilidade previstas em lei, sendo considerados **INTEMPESTIVOS**. Todavia, por dever de cautela e em respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, procedeu-se à análise de seus méritos, a fim de garantir a transparência e a segurança jurídica do procedimento licitatório.

2 - DOS FATOS

Considerando que as questões levantadas nos pedidos de esclarecimentos/impugnações têm suas origem no Termo de Referência, enviamos tais pedidos e anexos ao Setor responsável SEJUS-NUCOM para manifestação, e, em resposta, vem neste ato esclarecer o que se segue:

► I -IMPUGNAÇÃO - (0059537447)

(...)

3-QUESTÕES A SEREM REVISTAS NO ATO CONVOCATÓRIO

3.1- DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Analisando-se o instrumento convocatório, verifica-se que esta Administração deseja Registro de Preços para LOCAÇÃO de 32 equipamentos de inspeção corporal por raios-x. Ocorre que, analisando o instrumento convocatório, verificaram-se algumas contrariedades e/ou ausência de informações essenciais à construção de propostas que contemplem com exatidão toda a execução contratual, conforme restará demonstrado.

a) DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DA QUANTIDADE A SER CONSIDERADA PELAS LICITANTES:

O item 13.1 do TR, informa que esta Administração deseja a locação das seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	FABRICANTE	MODELO	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO MENSAL POR EQUIPAMENTO	VALOR MENSAL DA CONTRATAÇÃO
				Mínima	Máxima		
01	Serviço de Locação de Equipamentos de Body Scanner (Raio X - scanner de corpo e periféricos), para inspeção corporal incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato, em apoio à Secretaria da Secretaria de Estado de Justiça do Estado de Rondônia nos processos de vistoria de pessoas que adentram as Unidades Prisionais. O equipamento deve ser capaz de, não se limitando a: detectar aparelhos eletrônicos, telefones celulares, armas de fogo, armas brancas, cerâmicas, madeira, embalagens com narcóticos, explosivos e fios metálicos, entre outros ilícitos, permitindo enxergar o que o inspecionado carrega nas ou debaixo das roupas ou em cima da pele, bem como no aparelho digestivo ou nas cavidades do corpo humano, entre outras características constantes na descrição e especificações técnicas do objeto e prestação dos serviços.			22	32		

No item 13.2.5 do TR, é informado que a quantidade mínima a ser cotada é de 10 equipamentos:

13.2.5. Contudo, em atendimento ao artigo 82, inciso III da Lei 14.133/2021, que dispõe da quantidade mínima a ser cotada, informa

Note Sr. Agente de contratação, que para a construção de proposta proba, é essencial que as licitantes saibam exatamente a quantidade a ser considerada para cotação. Não é demais consignar, que da forma em que está o edital, as interessadas poderão ofertar quantidades mínimas diferentes (o edital informa 10, 22 e 32 unidades), o que causará imenso impacto no valor mensal da locação e colocará algumas licitantes em desvantagem, em flagrante desrespeito ao Princípio da igualdade entre as licitantes.

Note Sr. Agente de Contratação que para as licitantes, é essencial que esta Administração fixe quantidade mínima a ser adquirida, justamente para que as interessadas possam dimensionar de forma assertiva seus preços.

Destaque-se, que as interessadas devem considerar as 15 unidades exigidas, entretanto, devemos salientar, que comercialmente, as licitantes poderão ofertar preços mais atrativos desde que tenham uma quantidade mínima que a ser fornecida, gerando economia de escala.

Ademais, para melhor dimensionamento das propostas, é primordial que esta Administração indique também se os equipamentos serão entregues de forma parcelada ou única, posto que, tal informação igualmente impacta diretamente nos valores de frete, disponibilização de pessoal para atendimento das manutenções entre outros.

Desta forma, é essencial que esta Administração determine:

I. A quantidade a ser ofertada pelas licitantes.

II. A quantidade mínima de equipamentos a ser locada pela contratada no período contratual

b) DA PERIODICIDADE DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:

O item 15.47 do TR, determina que a contratada deverá prestar manutenção preventiva nos equipamentos trimestralmente.

15.47. A manutenção preventiva deverá ocorrer a cada 03 (três) meses, garantindo sempre o perfeito funcionamento do equipame

Já no item 19.6.1.1 do TR, esta Administração menciona que as manutenções ocorrerão a cada 4 meses

19.6.1. Manutenção Preventiva:

19.6.1.1. A Contratada deverá realizar inspeções e testes periódicos, minimamente a cada 04 (quatro) meses, em datas previamente aprovação da Contratante.

Ora, para a confecção de propostas é essencial que esta Administração determine exatamente a periodicidade das manutenções preventivas, posto que, os custos para manutenções trimestrais são maiores do que para manutenções quadrimestrais.

Sr. Agente de Contratação para as licitantes, é essencial que esta Administração determine a periodicidade das manutenções preventivas, visto que, em seus preços, as interessadas deverão considerar todos os custos para a execução dos serviços e consoante dito alhures, os custos diferem se as manutenções ocorrerem trimestralmente ou quadrimestralmente. Repise-se, que a ausência das informações indicadas nas alíneas A e B, viola o previsto no art. 25, caput, da Lei 14133/2021.

Isto posto, pugna pela revisão do edital, para que sejam inseridas no instrumento convocatório as seguintes informações:

- fixação de quantidade mínima a ser adquirida
- se os equipamentos serão entregues de forma parcelada ou única
- periodicidade das manutenções preventivas

3.2-NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA.

Analisando-se o instrumento convocatório, verifica-se que este menciona os documentos exigidos para participação no certame.

Entretanto, não exige como requisito habilitatório, a apresentação de certidão de registro junto a entidade profissional competente, conforme determina o art. 67, da Lei 14133/2021:(...)

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Frise-se que o objeto da licitação, é equipamento elétrico-eletrônico, sendo essencial que tanto a empresa vencedora, quanto seu responsável técnico estejam devidamente habilitados no CREA.

De conseguinte, torna-se condição sine qua non, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que a empresa licitante apresente (i) sua regular inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da situação de sua sede; bem como (ii) demonstre possuir responsável técnico regularmente inscrito nos quadros do CREA, vinculado à licitante (por contrato permanente de prestação de serviços, ato constitutivo e/ou CTPS).

Deixar de exigir tal comprovação, deixará esta Administração sujeita às fiscalizações do CONFEA, sem contar o risco para suas instalações elétricas.

Portanto, faz-se necessária a apresentação, como requisito habilitatório, da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.

3.3-NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO CNEN / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

Conforme consta no edital, esta Administração pretende adquirir equipamento scanner de raio-x para inspeção de bagagens.

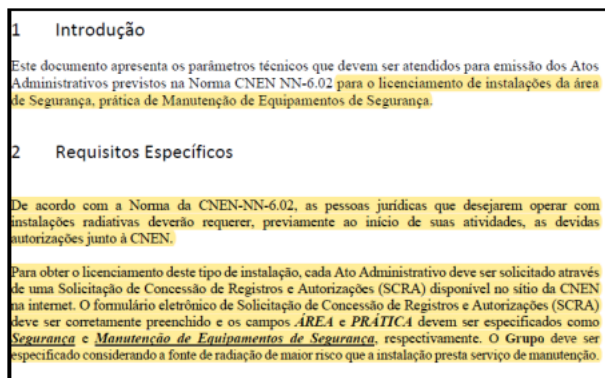
Entretanto, analisando o edital e termo de referência, não se verificou a exigência como requisito habilitatório das autorizações da CNEN para distribuição e manutenção de tais equipamentos.

Urge salientar, que os pontos atacados por esta impugnante, referem-se unicamente à **HABILITAÇÃO DAS LICITANTES** para **DISTRIBUIR e PRESTAR MANUTENÇÃO** nos equipamentos de raios-x, objetivando que esta Administração observe a LEGISLAÇÃO VIGENTE e as DETERMINAÇÕES DA CNEN.

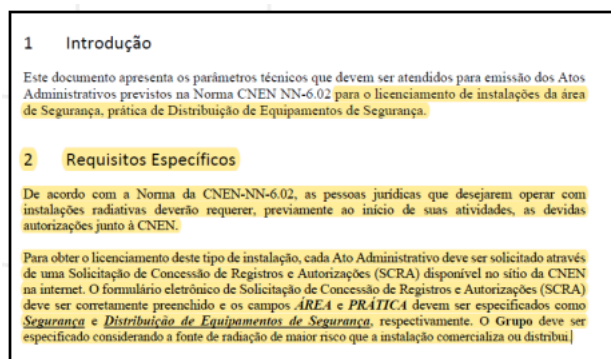
É importante destacar, que por se tratar de equipamentos que emitem raios-X, é de suma importância, que esta Administração exija das licitantes todas as garantias de segurança do equipamento e também das próprias empresas (expertise para o fornecimento e manutenção).

As Leis 4.118/62, 6.189/74 e 7.781/89, declaram compete à CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, baixar diretrizes específicas para segurança nuclear e proteção radiológica, estabelecer normas de segurança, de modo a minimizar os riscos associados ao emprego das radiações ionizantes para fins pacíficos, contribuindo, assim, para a proteção dos trabalhadores, da população em geral e do meio ambiente.

Assim, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN exige, que os serviços de fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de raios X, apenas sejam prestados por empresas que tenham autorização para desempenharem tais atividades, conforme descrito no Guia para o licenciamento da prática de Manutenção de Equipamentos da área de Segurança: <https://appasp2019.cnem.gov.br/seguranca/orientacoes/images/cnen/documentos/drs/orientacoes/Guia-para-o-licenciamento-da-pratica-de-Manutencao-de-Equipamentos-da-area-de-Seguranca-v2.pdf>



O mesmo ocorre no Guia para o licenciamento de instalações radiativas de Distribuição de Equipamentos da área de Segurança: <https://appasp2019.cnem.gov.br/seguranca/orientacoes/images/cnen/documentos/drs/orientacoes/Guia-para-o-licenciamento-de-instalacoes-radiativas-de-Distribuicao-de-Equipamentos-da-area-de-Seguranca-v2.pdf>



Apenas a título de esclarecimento, quando menciona INSTALAÇÃO, a CNEN se refere a local destinado à realização de uma prática, tal local, pode ser empresa (ora chamada de licitante), o estabelecimento (presídio, tribunal, entre outros)

Por conseguinte, toda e qualquer instalação radioativa que se enquadre dentro do contexto acima precisa atender aos requisitos descritos na Resolução CNEN 166/14 (Norma CNEN NN 6.02) e demais normas específicas expedidas pela CNEN.

Consoante dito alhures, não se trata de um serviço simples “apenas ligar o equipamento na tomada”, se trata de transportar, instalar, manusear, prestar manutenção em equipamento COM RADIAÇÃO IONIZANTE e para prestar tais serviços, as empresas, devem possuir autorização da CNEN.

Frise-se, que consoante consta no Guia para o licenciamento da prática de Manutenção de Equipamentos da área de Segurança e no Guia para o licenciamento de instalações radiativas de Distribuição de Equipamentos da área de Segurança, para solicitar as autorizações, as empresas devem comprovar que possuem corpo técnico especializado, além de fornecerem diversos documentos:

A lista de empresas autorizadas a distribuir equipamentos de raios X pode ser consultada através do link: https://appasp2019.cnem.gov.br/seguranca/cons-ent-prof/lt-entidades-aut-cert.asp?p_ent=49&d=Distribui%E7%E3o%20de%20Equipamentos%20de%20Seguran%E7a

Comissão Nacional de Energia Nuclear

Instalações Autorizadas

Distribuição de Equipamentos de Segurança - Posição em 10/04/2025

As instalações que não constarem da relação abaixo deverão solicitar a renovação de suas respectivas autorizações através do formulário **SCRA** e **TLC**.

Matrícula	Instituição	Cidade	UF	Autorização	Ofício
16557	AEROTECH DO BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	SAO PAULO	SP	30/08/2025	6403/2023
17686	BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA	SAO PAULO	SP	30/08/2025	78912024
17924	DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA	SAO PAULO	SP	28/02/2026	5832/2024
16604	EBCO SYSTEMS LTDA	SAO PAULO	SP	30/01/2026	5079/2023
17963	KRAFTONE BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS	SAO PAULO	SP	30/01/2026	5072/2023
16371	NUCTECH DO BRASIL LTDA	INDAIATUBA	SP	30/04/2027	5543/2024
16432	NUCTECH DO BRASIL LTDA	INDAIATUBA	SP	30/04/2028	84752025
16447	RAGGI-X MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA	RIBEIRAO PIRES	SP	30/12/2025	84392025
16855	TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇO LTDA	SANTOS	SP	28/02/2028	95942025
17866	VMI SERVICE LTDA	LAGOA SANTA	MG	30/06/2025	6483/2022
16856	VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	LAGOA SANTA	MG	30/12/2027	76702024

Total de Instalações: 11

Já a lista de empresas autorizadas a prestar manutenção em equipamentos de raios X pode ser consultada através do link: https://appasp2019.cnem.gov.br/seguranca/cons-ent-prof/1st-entidades-aut-cert.asp?p_ent=48&d=Manuten%E7%E3o%20de%20Equipamentos%20de%20Seguran%E7a

Comissão Nacional de Energia Nuclear

Instalações Autorizadas

Manutenção de Equipamentos de Segurança - Posição em 10/04/2025

As instalações que não constarem da relação abaixo deverão solicitar a renovação de suas respectivas autorizações através do formulário **SCRA** e **TLC**.

Matrícula	Instituição	Cidade	UF	Autorização	Ofício
18152	AEROPORTO BRASIL VIRACOPOS S.A	CAMPINAS	SP	30/05/2025	75132024
16493	AEROTECH DO BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	SAO PAULO	SP	30/12/2025	6405/2023
17520	BRX MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS EIRELI	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	30/03/2026	71122024
18114	DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA	SAO PAULO	SP	30/11/2026	5985/2024
14458	EBCO SYSTEMS LTDA	SAO PAULO	SP	30/11/2025	94922025
17981	KRAFTONE BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS	SAO PAULO	SP	30/04/2026	5909/2023
17442	NDSUL COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	FLORIANOPOLIS	SC	30/05/2027	5886/2024
16875	NUCTECH DO BRASIL LTDA	INDAIATUBA	SP	30/09/2027	6829/2024
17381	NUCTECH DO BRASIL LTDA	INDAIATUBA	SP	30/07/2025	5861/2024
15406	RAGGI-X MANUTENÇÃO EM EQUIP. ELETROELETRONICOS LTDA - ME	RIBEIRAO PIRES	SP	30/12/2025	84382025
17629	RECONSE - REPRESENTAÇÕES, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	ARACAJU	SE	28/02/2027	6087/2024
16031	TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA	SANTOS	SP	28/02/2028	80262025
17186	TECX-USOL ELETROELETRÔNICA EIRELI	GUARULHOS	SP	30/10/2025	8039/2022
16422	VANDERLANDE INDUSTRIES DO BRASIL COM., IMP. E INST. DE SISTEMAS DE BAGAGENS LTDA	SAO PAULO	SP	30/11/2025	8227/2023
17867	VMI SERVICE LTDA	LAGOA SANTA	MG	30/06/2025	6456/2022
14330	VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	LAGOA SANTA	MG	30/04/2025	78282024

Total de Instalações: 16

Sendo assim, por serem equipamentos que emitem radiação, não é qualquer empresa que pode fornecer/locar ou prestar manutenção e se assim fosse, não haveria legislação/regras para o fornecimento/manutenção de tais equipamentos, bem como, a CNEN não disponibilizaria em seu site os guias já mencionados, tampouco, dedicaria seu tempo a analisar inúmeros documentos para conceder autorizações de distribuição e manutenção a empresas.

Ademais, caso esta Administração não inclua no rol de documentos habilitatórios as autorizações da CNEN para manutenção e distribuição, haverá possibilidade de empresas aventureiras (sem expertise para o serviço) participarem do certame, aumentando os riscos para os funcionários e frequentadores deste órgão. Por este motivo, justifica-se a necessidade de prévia Autorização de Operação na área de Serviços, conforme preconiza a diretrizes e boas práticas da CNEN para poder participar do presente certame.

a) Edital do Pregão Eletrônico n. 4/2016, do Ministério da Justiça/DEPEN:

Devem ser observadas todas as documentações referentes à Qualificação Técnica da empresa constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital. - Comp em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoa Conforme Norma CNEN-NN 3.01 e Posição Regulatória 3.01/001: Estabelece os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação (equipamento); - Norma CNEN-NN 6.02: Estabelece os requisitos para o licenciamento de instalações radiativas, aplicando-se às atividades relacionadas com a localização, a construção, a operação, as modificações e a retirada de operação de instalações radiativas, bem como ao controle de aquisição e movimentação de fontes

b) Edital do Pregão Eletrônico n. 38/2017 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

3.2- Autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em nome da licitante, para prestar serviços de manutenção, assistência técnica e distribuição com inspeção de bagagens.

c) Edital do Pregão Presencial n. 6/2016 da Prefeitura Municipal de Lages / SC:

16.4.1 Comprovação de aptidão da proponente, mediante apresentação de atestado(s) Fornecido(s) por pessoa Jurídicas de direito público ou privado, de desempenho da presente licitação, que atestem fornecimento, instalação e assistência técnica para equipamentos de raio “X” (Scanner de Inspeção de Bagagens); 16.4.2 Certidão de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), apontando possuir responsável técnico para responder por atividades técnicas de instalação e montagem dos equipamentos o profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional de Trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato esp profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social; 16.4.4 Na inviabilidade de comprovar que o profissional indicado pertence ao quadro de pessoal da empresa comprometendo-se, a contratá-lo até a data da assinatura do contrato, se vencedora; 16.4.6 Autorização de Operação para a área de manutenção de equipamentos de raio Nuclear – CNEN.

d) Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2019 da INFRAERO:

		14) Tipo de carcaça: V320FB 15) Peso (aproximado): 41,0kg Utilização: Equipamento de Inspeção de Carga por Raios X localizado no Setor de Importação do Terminal de Logística de Carga (Teca) do Aeroporto Internacional de Manaus/Eduardo Gomes (SBEG); 1) Fabricante: Astrophysics, 2) Modelo: XIS 1818 320kV, 3) Número de Série: 00181810010013 Normas Aplicáveis: 1) Normas Internacionais: a) U.S. Food and Drug Administration, Department of Health and Human Services, Center for Devices and Radiological Health, Code of Federal Regulations Title 21 Section 1020.40, Radiological Health Standards for Cabinet X-Ray Systems; b) U.S. Federal Aviation Administration, Code of Federal Regulations Title 14 Section 108.17, Use of X-ray Systems; c) U.S. Federal Aviation Administration, Code of Federal Regulations Title 14, Section 129.26, Use of X-ray Systems. 2) Normas Nacionais: a) CNEN.NN.3.01, CNEN.NN.6.02 e a Resolução CNEN Nº 145		
--	--	---	--	--

Diante dessas argumentações, espera-se pela revisão do Edital, para incluir expressamente, como condição de HABILITAÇÃO TÉCNICA, a necessidade de apresentação DO OFÍCIO autorização da CNEN expedida em nome da empresa licitante para distribuição de equipamentos de raios-x, ou seja, demonstração do atendimento das NORMAS CNEN 6.02.

3.4-DO EXÍGUO PRAZO DE ENTREGA

O item 16.3.1, do TR, determina que os objetos licitados sejam entregues no prazo de 90 dias, conforme abaixo:

16.3. Do Prazo

16.3.1. A Contratada terá no máximo 90 (noventa) dias após a Autorização de Implantação, para entrega dos equipamentos e periféri

Ocorre, que tal prazo é deveras exíguo, conforme restará demonstrado. Note Sr. Agente de Contratação, que o instrumento convocatório compromete o caráter competitivo do certame, tendo em vista, que nem todas as licitantes ofertarão equipamentos nacionais, bem como, nem todas são fabricantes de equipamentos, ou possuem estoque.

Urge ainda salientar, que os equipamentos pretendidos, são importados ou possuem grande parte de seus componentes fabricados fora do Brasil e por este motivo, a fabricação, teste, envio e liberação dos equipamentos sofrem lentidão.

Ademais, até para as fabricantes, o prazo se torna exíguo, salvo se estas possuírem equipamento em estoque. Frise-se, que o instrumento convocatório segrega as licitantes, o que é terminantemente vedado pela legislação atual:

(...)

Observe Sr. Pregoeiro, que prazos superiores aos 90 dias, são amplamente aplicados a certames com objetos semelhantes:

INEP – PE90019/2024:

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do equipamento é de 120 (cento e vinte) dias, contados da divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em remessa única.

Senappen – PE. 90001/2024:

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, para contratações e ordens de fornecimentos menores que 15 (quinze) unidades, e de 160 (cento e sessenta) dias, para contratos e ordens de fornecimento contendo quantidades superiores à referida anteriormente, contados do(a) assinatura do contrato em remessa única, ou parcelada, a combinar. Caso não tenha havido o refinamento técnico, o prazo é acrescido de 30 (trinta) dias.

Casa Civil do Ceará – PE. 20240020:

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue nos 8 (oito) Centros Socioeducativos em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo. As parcelas serão entregues na forma abaixo, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

PARCELA	COMPOSIÇÃO DA PARCELA	QUANTIDADE	PRAZO DE ENTREGA
1ª	Município de Fortaleza (04)	04	120 dias
2ª	Municípios de Sobral (02) e Juazeiro do Norte (02)	04	150 dias

Assim, requer-se a revisão do edital, para que seja alterado o prazo de entrega para pelo menos 150 (cento e cinquenta) dias após o recebimento da nota de empenho

3.5-DA DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE NARCÓTICOS

Ao revisar o Edital não encontramos previsão para oferta de equipamentos com Software de detecção automática de narcóticos.

Nesse sentido, gostaríamos de sugerir as seguintes alterações quanto ao equipamento ofertado:

“O Equipamento deve possuir um software de detecção automática de narcóticos, utilizando algoritmos de inteligência artificial, evitando que o agente penitenciário permita que narcóticos entrem nas unidades. O software de detecção automática deverá estar baseado em estudos científicos e deve garantir eficiência na apresentação dos resultados.”

Tal exigência traz mais confiabilidade no processo de inspeção, garantindo que nenhum objeto ou substância proibida infiltre-se nas instalações do ambiente penitenciário.

Ante o exposto, sugere-se a alteração do instrumento convocatórios, a fim de que seja incluída necessidade de o equipamento ofertado dispor de software de detecção, conforme abaixo:

“O Equipamento deve possuir um software de detecção automática de narcóticos, utilizando algoritmos de inteligência artificial, evitando que o agente penitenciário permita que narcóticos entrem nas unidades. O software de detecção automática deverá estar baseado em estudos científicos e deve garantir eficiência na apresentação dos resultados.”

3.6-DA NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

O TR em seu item 43, determina que a contratada preste garantia de execução no importe de 2% do valor contratual:

43. **DA GARANTIA CONTRATUAL - LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco dias) após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente no art. 96 da Lei 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública,
- b) seguro – garantia;
- c) ou fiança bancária.

A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizad

Note Sr. Agente de Contratação, que o percentual mencionado se mostra exorbitante, quando considerados os valores totais do futuro contrato.

Ademais, tal garantia NÃO é uma obrigatoriedade a todos os contratos públicos, e para o caso em tela, mostra-se necessária a utilização da FACULDADE do Órgão Licitante em deixar de exigí-la.

Isto porque a quantidade de equipamentos que deverão ser locados e o volume de serviço que será prestado pela contratada, tornarão o valor do contrato, como um todo, muito vultoso. Por conseguinte, o valor da garantia também se torna muito alto.

Em decorrência disso, a Contratada ficaria com vultosa soma em dinheiro (capital de giro) indisponível por longo período de tempo – o que encareceria em demasia os custos da contratação e majoraria, sem necessidade, o próprio valor de arrematação do pregão.

Igualmente para a hipótese de seguro fiança ou outras modalidades de garantia aceitas em edital, além do depósito em conta bancária, ter-se-ia um custo financeiro indesejável para a própria Administração Pública, que visa sempre a contratação pelo melhor preço.

O Erário gastaria, indiretamente, pelos custos financeiros de um seguro fiança de forma desnecessária, afinal, não se espera por um contrato inexecuível.

Ante todo o exposto e com vistas à contratação pelo melhor preço, em favor do próprio ERÁRIO PÚBLICO, espera-se pela retificação do ato convocatório, com a ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE GARANTIA.

SUBSIDIARIAMENTE, caso se entenda pela necessidade de manutenção da garantia, tem-se pela imprescindibilidade de REDUÇÃO DO SEU PERCENTUAL, para valor plausível e equivalente a não mais que 0,5% (meio por cento) do valor global do contrato.

3.7-DA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS ESPECÍFICOS:

O item 28.4.3 do TR assim dispõe:

28.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os **Atestados de Capacidade Técnica** deverão dizer respeito a contratos

- a) **Compatibilidade em características:** o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de ma
 - b) **Compatibilidade em quantidade:** o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de mate
- percentual de 6% do item para o qual a empresa apresentar proposta, ou seja, **body scanner para locação e manutenção**.

Em que pese a determinação editalícia, ousamos dela discordar pelos fundamentos a seguir expostos.

Da simples análise do TR, verificamos que esta Administração pretende a locação de EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO CORPORAL.

Ocorre que, o item supramencionado, exige que as licitantes apresentem atestado específico de locação e manutenção equipamentos de inspeção corporal, em total desacordo com a legislação vigente.

Note Sr. Agente de Contratação, que a legislação possibilita a apresentação de atestados de capacidade técnica de objetos similares.

Ora, o equipamento pretendido é EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO CORPORAL POR RAIOS-X, sendo certo que, a exigência de que as licitantes tenham locado e mantenido 2 equipamentos de inspeção corporal, é deveras excessiva, posto que, além de contrariar o disposto no art. 67, inciso II, da Lei 14133/2021, restringe a competitividade do certame, bem como, o direciona a único fornecedor em flagrante desrespeito aos Princípios da Isonomia, Competitividade e Legalidade.

Destaque-se, que admitir a apresentação de fornecimento/locação de equipamentos de inspeção corporal ou de bagagens/cargas/contêineres/veículos por raios X, sem imposição de quantitativo, ampliará a competitividade, possibilitando, inclusive a seleção da melhor proposta / mais ECONÔMICA.

Ora Sr. Agente de Contratação, os body-scanners e os equipamentos de inspeção de bagagens/cargas/contêineres/veículos por raios X, possuem mecanismos similares, bem como, ambos são equipamentos controlados pela CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear e, de fato, a licitante que já está habituada a fornecer/locar um equipamento de inspeção de bagagens– seguramente terá know-how para fornecer/locar e manter os equipamentos que estão sendo adquiridos nesta oportunidade.

Ante o exposto, em homenagem aos Princípios da Isonomia, Competitividade e Legalidade, pugna pela alteração do item supramencionado, a fim de que sejam admitidos atestados de capacidade técnica que comprovem o fornecimento/locação de equipamentos de inspeção corporal ou bagagens/cargas/contêineres/veículos por raios X, desde que os atestados versem sobre equipamentos de inspeção por raios-x.

3.8 - DA PESQUISA DE PREÇOS - PREÇOS MÁXIMOS INEXEQUÍVEIS

Analisando-se o preâmbulo do instrumento convocatório, verificou-se que o valor estimado para anualmente para o contrato é de R\$ 619.075,52

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 619.075,52 (seiscentos e dezenove mil setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
-----------------	--

Ocorre, que o valor estimado por esta Administração NÃO REFLETE OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO ATUAL.

Observe Sr. Agente de contratação, que o equipamento pretendido possui valor agregado vultoso, pois suas peças são importadas e de alta tecnologia.

Se considerarmos o valor estimado por esta Administração e o dividirmos pela quantidade de equipamentos (32), temos que cada equipamento terá um valor anual de R\$ 19.346,11.

Trocando em miúdos, a contratada receberá mensalmente o valor de R\$ 1.612,17 POR EQUIPAMENTO e neste valor deverá considerar custos com frete dos equipamentos, manutenções corretivas, manutenções preventivas, custos de transporte/alimentação/hospedagem para os técnicos (gastos que ocorrerão na instalação e nas manutenções preventivas/corretivas) ao longo dos 12 meses de contrato.

Repise-se, que o valor estimado por esta Administração, NÃO CONDIZ COM OS VALORES PRATICADOS ATUALMENTE NO MERCADO!!!

Em simples pesquisa, a defasagem do valor estimado por esta Administração é gritante, senão vejamos:

- Pregão Eletrônico 09/2024 – Diretoria Geral de Polícia Penal do Estado de Goiás, realizado em 26/09/2024, cujo objeto era a locação de 55 equipamentos de inspeção corporal, pelo período de 60 meses.

No PE09/2024,a IMPUGNANTE apresentou os seguintes preços:

ITEM	COD. ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO (meses)	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4369	Locação de Aparelhos de RX – Raios X, scanner corporal, manutenção, conservação e instalação de equipamentos de Tecnologia da Informação e treinamento para uso de soft ware. MARCA: NUCTECH MODELO: HT2000GAL, não cabinado.	60	55	R\$ 12.537,17	R\$ 41.372.661,00

Note Sr. Agente de Contratação, que o valor mensal da locação dos 55 equipamentos era de R\$ 689.544,35, sendo que, cada equipamento, possuía um valor mensal de R\$ 12.537,17

- Pregão Eletrônico 18/2024 – Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia, realizado em 18/12/2024, cujo objeto era a locação de 14 equipamentos de inspeção corporal. No PE18/2024 a vencedora VMI apresentou os seguintes preços:



LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO, de Inspeção de Pessoas/Corporal, scanner, não intrusivo, equipado com tecnologia de captura de imagens por raio-x, composto de monitor para visualização das imagens, dispositivos de processamento, controle do scanner, incluindo subsistemas, equipamentos, unidades, interfaces, softwares, instrumentos, ferramentas, licenças de utilização e demais materiais necessários ao funcionamento dos equipamentos, instalação, treinamento e operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças. MARCA: VMI FABRICANTE: VMI MODELO: Spectrum Bodyscan HSV PROCEDÊNCIA: Nacional	UNIDADE	14	R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais)	R\$ 2.604.000,00 (Dois milhões, seiscentos e quatro mil reais)

O valor mensal da locação dos 14 equipamentos era de R\$ 217.000,00, sendo que, cada equipamento, possuía um valor mensal de R\$ 15.500,00. - Pregão Eletrônico 156/2023 – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, realizado em 02/08/2023, cujo objeto era a locação de 54 equipamentos de inspeção corporal. No PE156/2023 a vencedora IMPUGNANTE apresentou os seguintes preços:

PROPOSTA COMERCIAL						
Apresentamos nossa proposta comercial relativa ao Pregão Eletrônico em epígrafe, objetivando a locação de equipamentos de inspeção corporal (Body Scan Single View), modelo HT2000GAL.						
Esta proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e o equipamento abaixo encontra-se em conformidade com o exigido pelo Termo de Referência.						
Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal do Aluguel	Valor do Aluguel por 12 meses	Valor do Aluguel por 48 meses
01	Locação de Equipamento de Inspeção Corporal Raios X (Body Scan Single View). Incluindo Assistência Técnica e Garantia, conforme especificação técnica do Anexo I do Edital e demais anexos. - Marca: NUCTECH - Fabricante: NUCTECH - Modelo: HT2000GAL	54	R\$ 9.745,00 (nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais)	R\$ 526.230,00 (quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta reais)	R\$ 6.314.760,00 (seis milhões, trezentos e quatorze mil, setecentos e sessenta reais)	R\$ 25.259.040,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e quarenta reais)

O valor mensal da locação dos 54 equipamentos era de R\$ 526.230,00, sendo que, cada equipamento, possuía um valor mensal de R\$ 9.745,00.

- Pregão Eletrônico 36/2018 – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, realizado em 24/04/2019, cujo objeto era a locação de 10 equipamentos de inspeção corporal.

No PE36/2018 a vencedora IMPUGNANTE apresentou os seguintes preços:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2018-SISPDP
PROCESSO PRINCIPAL SSI-GDF N.º 00050-0004962/2018-08

Item	Descrição dos Serviços	Modelo/Marca	Fabricante/Procedência	Quant.	Valor de locação mensal de cada equipamento	Valor de locação mensal por 10 equipamentos
01	Equipamento de body scan (equipamentos e seus periféricos que possibilitam apresentar imagens por raios de raios do corpo humano, com o objetivo de identificar corpos diversos à segurança humana, com o propósito de impedir a entrada de itens proibidos no ambiente prisional).	HT2000GA / Nuctech	Nuctech Company Limited / Importado	10	R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais)	R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais)
Valor Total (período de 48 meses) R\$		R\$ 4.560.000,00 (quatro milhões e quinhentos e sessenta mil reais)				

O valor mensal da locação dos 10 equipamentos era de R\$ 95.000,00, sendo que, cada equipamento, possuía um valor mensal de R\$ 9.500,00.

- Pregão Eletrônico 199/2017 – SUPEL/RO, realizado em 10/07/2017, cujo objeto era a locação de 10 equipamentos de inspeção corporal.

No PE199/2017 a vencedora AEROTECH apresentou os seguintes preços:

3. Descrição do Equipamento Ofertado e Preços:

Item	Descrição	Quantidade (A)	Valor Unitário Mensal (B)	Valor Total Mensal (A x B)	Valor Total (AxB) x 48 meses
1	Serviços de locação de equipamentos de Raio X (scanner de corpo e periféricos) para inspeção corporal incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato	10	R\$ 16.250,00	R\$ 162.500,00	R\$ 7.800.000,00
Valor Total Global (R\$)					R\$ 7.800.000,00

O valor mensal da locação dos 10 equipamentos era de R\$ 162.500,00, sendo que, cada equipamento, possuía um valor mensal de R\$ 16.250,00.

- Pregão Eletrônico 323/0002/24 (COMPRASNET 90010/2024) – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, realizado em 18/12/2024, cujo objeto era a locação de 1 equipamento de inspeção corporal.

No PE323/0002/2024 (COMPRASNET 90010/2024) a vencedora VMI apresentou os seguintes preços:



LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor total 30 meses
1	Serviço de LOCAÇÃO de equipamento para inspeção corporal, do tipo Body Scanner, com tecnologia de Raio X, acompanhado de 1 (uma) unidade de controle, 2 (dois) monitores de vídeo, no-break, cabine plumbífero e tecnologia dual view. MARCA: VMI FABRICANTE: VMI MODELO: Spectrum Bodyscan DV PROCEDÊNCIA: Nacional	POSTO	30	R\$ 20.830,00 (Vinte mil, oitocentos e trinta reais)	R\$ 624.900,00 (Seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos reais)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega do material: conforme edital

O valor mensal da locação do 1 equipamento era de R\$ 20.830,00.

Visando tornar mais visível a defasagem do valor estimado para o PE90369/2025, planilhamos os dados de cada pregão supramencionado.

órgão	pregão	quantidade de equip.	valor estimado total	valor homolog. na sessão total	valor unitario	valor anual por equi	valor total anual
Diretoria Geral de Polícia Penal de Goiás	009/2024	55	R\$ 41.372.661,00	R\$ 41.372.661,00	R\$ 12.537,17	R\$ 150.446,04	R\$ 8.274.532,20
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização de Minas	18/2024	14	R\$ 3.753.120,00	R\$ 2.604.000,00	R\$ 15.500,00	R\$ 186.000,00	R\$ 2.604.000,00
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais	156/2023	54	sigiloso	R\$ 25.259.040,00	R\$ 9.745,00	R\$ 116.940,00	R\$ 6.314.760,00
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal	36/2018	10	R\$ 7.642.800,00	R\$ 4.560.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 114.000,00	R\$ 1.140.000,00
SUPEL/RO	199/2017	10	R\$ 11.391.998,40	R\$ 7.800.000,00	R\$ 16.250,00	R\$ 195.000,00	R\$ 1.950.000,00
Polícia Militar de São Paulo	323/0002/2024	1	625.700,10	624.900,00	R\$ 20.830,00	R\$ 249.960,00	R\$ 249.960,00
SUPEL/RO	90369/2024	32	619.075,52	R\$ 0,00	R\$ 1.612,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Não é demais consignar, que em 2017/2018, a SUPEL/RO realizou o PE199/2017, cujo objeto era idêntico ao do presente certame, entretanto, o valor estimado em 2017/2018 era muito superior ao estimado para o certame em 2024/2025

SUPEL/RO	199/2017	10	R\$ 11.391.998,40	R\$ 7.800.000,00	R\$ 16.250,00	R\$ 195.000,00	R\$ 1.950.000,00
Polícia Militar de São Paulo	323/0002/2024	1	625.700,10	624.900,00	R\$ 20.830,00	R\$ 249.960,00	R\$ 249.960,00
SUPEL/RO	90369/2024	32	619.075,52	R\$ 0,00	R\$ 1.612,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Os valores elencados em certames semelhantes, corroboram com as alegações de defasagem dos preços no PE90369/2025.

Ora Sr. Agente de Contratação, é injustificável que esta Administração pretenda locar equipamentos em 2025 (PE90369/2025), com valores muito inferiores aos praticados em 2017 (PE199/2017), 2018 (PE36/2018), 2023 (PE156/2023), 2024 (PE009/2024, PE18/2024, PE323/002/2024).

Por oportuno ainda mencionar, que os bens exigidos em edital, contam com inúmeros componentes em sua maioria importados, portanto, seus preços sofrem alteração dependendo da cotação do dólar.

Assim, com a variação diária do dólar, alteram-se por consequência os valores das peças que compõem os equipamentos, o que por sua vez, gera aumento do preço do produto.

Conforme é do conhecimento de todos os órgãos e empresas, para que sejam realizadas as Licitações, a pesquisa de mercado é OBRIGATÓRIA, sendo uma das principais peças para composição do Processo Licitatório, pois, apenas através dela é que se podem aferir os preços o preço dos objetos a serem licitados.

(...)

Assim, para que sejam realizadas as Licitações, a pesquisa de mercado é OBRIGATÓRIA, sendo uma das principais peças para composição do Processo Licitatório, pois, apenas através dela é que se podem aferir os preços dos objetos a serem licitados. Portanto, é essencial que a pesquisa de mercado seja bem-feita, que haja o maior número possível de orçamentos, para que ao fim, possa a Administração atribuir preço justo aos bens/serviços licitados.

Neste fanal, a Nova Lei de Licitações – n. 14.133/2021 – trouxe, em seu artigo

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive seu índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Mas não é só. A questão está regulamentada através da IN SEGES / ME n. 65, de 7/07/2021.

(...)

A realização deficitária de pesquisa de mercado ou sua ausência, impossibilita a Administração de atingir os objetivos definidos pela Lei de Licitações, tais como, pluralidade de licitantes, seleção da proposta mais vantajosa, entre outros. Ressalte-se, que não se trata apenas de alteração de valores devido à uma situação esporádica, mas sim, de alteração de valor, por este não se amoldarem à realidade do mercado.

Observe-se, que a locação dos mesmos equipamentos nos anos de 2017/2018, (momento em que o dólar encontrava-se com valor inferior ao praticado em 2024/2025), já possuía valor muito maior do que o estimado por esta Administração.

Urge ainda salientar, que esta Administração pretende que a contratada forneça equipamentos NOVOS e que possuam inúmeros acessórios, além de exigir que ao final do contrato, os equipamentos sejam revertidos à SUPEL, todas as exigências mencionadas impactam diretamente no preço do equipamento e aumentam substancialmente o valor do equipamento.

Repise-se, que o valor estimado por esta Administração, NÃO É CAPAZ DE SUPRIR todas as despesas que serão custeadas pela contratada, o que tornará o contrato prejudicial à saúde financeira da licitante.

Ante todo o exposto, requer a realização de nova pesquisa de preços e consequentemente a revisão dos valores aplicados aos equipamentos exigidos no Edital, para que reflitam a realidade do mercado e a atual cotação do dólar.

3.9 - DA EXIGÊNCIA DO ITEM 16.2.3 DO TR

O item 16.2.3 do TR determina que:

“16.2.3. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em o pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;”

Ora Sr. Agente de contratação, para apresentação das propostas, as interessadas devem analisar todos os requisitos para execução do contrato, devendo inclusive, a contratante esmiuçar todas as exigências desta contratação.

A exigência contida no item 16.2.3 do TR, evidencia que além do valor estimado defasado e totalmente incompatível com os preços praticados no mercado, esta Administração pretende que a contratada ao final do contrato transfira a posse dos equipamentos e ainda, exige a retirada/transporte/reinstalação dos aparelhos em outras localidades que serão designadas posteriormente.

Da forma em que está o edital, a única beneficiada com a contratação será a SUPEL/RO, visto que, os requisitos exigidos no TR, superam e muito o valor estimado anual, tornando o contrato TOTALMENTE INEQUÍVOCO!

O valor estimado para a contratação, revela-se INSUFICIENTE para cobrir todos os custos das exigências contidas no instrumento convocatório, assim, temos a figura do desequilíbrio contratual originário, ou seja, quando a relação já nasce desequilibrada, beneficiando apenas esta Administração.

Destaque-se, que a inclusão de serviço de retirada/transporte/reinstalação dos aparelhos em outras localidades, sem qualquer tipo de remuneração apartada acarretará prejuízo à contratada.

Nesta toada, para atender às exigências editalícias atuais, a contratada deverá amargar imenso prejuízo em detrimento desta Administração, o que não se pode permitir.

Assim, visando preservar a integridade material da contratada/empresas, é essencial que esta Administração:

a) exclua a exigência contida no item 16.2.3 OU

b) inclua no TR mais um item, contemplando eventuais retirada/transporte/reinstalação dos aparelhos em outras localidades, fixando uma quantidade a ser eventualmente utilizada durante todo o período contratual.

3.10-DO PRAZO PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

O Termo de Referência, em seu item 16.1.3, determina o prazo para a substituição de equipamentos:

16.1.3. A contratada deverá substituir todo e qualquer item que chegar danificado em até 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em horário de abertura do chamado.

Já nos itens 17.11.9, 18.2, 20.2 determina os prazos para atendimento de chamados

17.11.9. O fabricante deve possuir representatividade no território Brasileiro capaz de proporcionar de forma eficaz o suporte e pre

18.5. A assistência técnica deverá ser realizada no local da instalação de 06:00 às 19:00 (seis a dezenove horas) de segunda a domingo (seis dias) realizado pela CONTRATANTE e recebido pela área responsável da CONTRATADA, tendo esta o prazo de 3 (três) dias corridos a

20.2. Resolução de problemas diagnosticados:

20.2.1. Em até 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 48 (vinte e quatro) horas quando a substi

20.3. Disponibilidade para recebimento de solicitações de manutenção e suporte técnico:

Observe, Sr. Agente de Contratação, que os prazos fixados são deveras exíguos.

Somente vinte e quatro horas de prazo para o atendimento de chamado in loco não parece razoável, considerando-se que os técnicos podem se encontrar no meio de outro atendimento, ou mesmo ocupados com algum outro serviço, visto que possuem outros clientes que, de igual forma, necessitam de sua atenção e auxílio.

Isto porque, não necessariamente a contratada irá dispor do equipamento/peças em estoque para envio imediato e, ainda que assim o fosse, seria muito difícil organizar e finalizar o frete/entrega do equipamento em menos de um dia.

É importante destacar que a exiguidade dos prazos estipulados para os atendimentos em questão, privilegiará apenas as empresas que possuam estoque ou sejam fabricantes dos produtos, excluindo do certame as demais empresas.

Desta sorte, haveria flagrante restrição à competitividade do certame, o que é vedado pela legislação vigente, consoante transcrito anteriormente.

Ante o exposto, requer a dilação do prazo previsto para atendimento, conforme abaixo:

- Para atendimento in loco: 72 (setenta e duas) horas, contadas da abertura do chamado via telefone ou e-mail;
- Para manutenções que demandem troca de peças: 5 dias úteis, contados do recebimento da peça a ser trocada
- Para substituição do equipamento: 10 dias úteis, contadas da constatação abertura do chamado.

DOS PEDIDOS

A – Conhecer da impugnação, posto que tempestiva e apresentada na forma exigida no ato convocatório.

B - Determinar, de pronto, a suspensão do pregão designado para o dia 29/04/2025, visando garantir que todos os licitantes tenham tempo hábil e legalmente estatuído de preparar suas propostas. Com posterior republicação do ato convocatório retificado, conforme se espera, garantindo-se a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

C – Determinar a revisão das seguintes questões, no instrumento convocatório:

QUESTÃO 1 - Revisão do edital, para que sejam inseridas no instrumento convocatório as seguintes informações:

- fixação de quantidade mínima a ser adquirida
- se os equipamentos serão entregues de forma parcelada ou única
- periodicidade das manutenções preventivas

QUESTÃO 2 - Alteração do TR, para exigir como requisito habilitatório, a apresentação da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.

QUESTÃO 3 - Revisão do Edital, para incluir expressamente, como condição de HABILITAÇÃO TÉCNICA, a necessidade de apresentação DO OFÍCIO autorização da CNEN expedida em nome da empresa licitante para distribuição de equipamentos de raios-x, ou seja, demonstração do atendimento das NORMAS CNEN 6.02.

QUESTÃO 4 - Revisão do edital, para que seja alterado o prazo de entrega para pelo menos 150 (cento e cinquenta) dias após o recebimento da nota de empenho.

QUESTÃO 5 - Alteração do instrumento convocatórios, a fim de que seja incluída necessidade de o equipamento ofertado dispor de software de detecção, conforme abaixo:

“O Equipamento deve possuir um software de detecção automática de narcóticos, utilizando algoritmos de inteligência artificial, evitando que o agente penitenciário permita que narcóticos entrem nas unidades. O software de detecção automática deverá estar baseado em estudos científicos e deve garantir eficiência na apresentação dos resultados.”

QUESTÃO 6 - Retificação do ato convocatório, com a ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE GARANTIA.

SUBSIDIARIAMENTE, caso se entenda pela necessidade de manutenção da garantia, tem-se pela imprescindibilidade de REDUÇÃO DO SEU PERCENTUAL, para valor plausível e equivalente a não mais que 0,5% (meio por cento) do valor global do contrato.

QUESTÃO 7 - Alteração do item supramencionado, a fim de que sejam admitidos atestados de capacidade técnica que comprovem o fornecimento/locação de equipamentos de inspeção corporal ou bagagens/cargas/contêineres/veículos por raios X, desde que os atestados versem sobre equipamentos de inspeção por raios-x .

QUESTÃO 8 - Realização de nova pesquisa de preços e consequentemente a revisão dos valores aplicados aos equipamentos exigidos no Edital, para que reflitam a realidade do mercado e a atual cotação do dólar.

QUESTÃO 9 - Alteração do Instrumento convocatório, a fim de excluir a exigência contida no item 16.2.3 OU incluir no TR mais um item, contemplando eventuais retirada/transporte/reinstalação dos aparelhos em outras localidades, fixando uma quantidade a ser eventualmente utilizada durante todo o período contratual.

QUESTÃO 10 - Dilação do prazo previsto para atendimento, conforme abaixo:

- Para atendimento in loco: 72 (setenta e duas) horas, contadas da abertura do chamado via telefone ou e-mail;
- Para manutenções que demandem troca de peças: 5 dias úteis, contados do recebimento da peça a ser trocada
- Para substituição do equipamento: 10 dias úteis, contadas da constatação abertura do chamado.

D – Promova a intimação dos interessados, notadamente da Impugnante, quanto à decisão sobre a presente impugnação, em tempo hábil à formulação das propostas. (...)

► **RESPOSTA SEJUS-DAPP - (0059871534)**

(...)

a) DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DA QUANTIDADE A SER CONSIDERADA PELAS LICITANTES:

Resposta: Sobre a quantidade mínima importante esclarecer que o art.121 do Decreto estadual 28.874/2024 dispõe:

Art. 121. O edital de licitação para registro de preços deverá observar o disposto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, além de prever:

I - o prazo de validade da ata de registro de preços e a eventual possibilidade de prorrogação;

II - os órgãos e entidades participantes;

III - os limites global e individual para adesões;

IV - o quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgãos gerenciador, participantes e não participantes.

O certame possui o seguinte cenário:

Secretaria de Justiça-SEJUS			Sistema Socioeducativo-FEASE		Secretaria de Segurança -SESDEC	
	QUANT MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	QUANT MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	QUANT MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
QUANTIDADE ATUAL	10	18	3	9	2	5
QUANTIDADE ALTERADA	2	18	3	9	2	5

Esclarece-se que a quantidade mínima trata-se da contratação.

Será ofertado a proposta do valor total dos 32 equipamentos, uma vez que o processo iniciou com apenas 18 unidades para locação, contudo com a intenção de manifestação de interesse somou-se quantidade do Sistema Sócio educativo e Secretaria de Segurança, totalizava o mínimo para **15 unidades e máximo 32 considerando todos os participantes;**

Contudo, como adendo modificador alteração a quantidade mínima para a SEJUS de 10 para 2 locações de equipamentos.

Em resposta, a quantidade a ser cotada será na sua totalidade de 32 e o quantitativo mínimo considerando a totalidade da Ata é de 07 equipamentos, contudo, considerando cada participante teremos: SEJUS-2;FEASE -3 e SESDEC -2.

b) DA PERIODICIDADE DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:

Resposta: Consta do TR no item 15.47 A manutenção preventiva deverá ocorrer a cada 03 (três) meses, garantindo sempre o perfeito funcionamento do equipamento conforme as normas da CNEN, principalmente quanto aos Requisitos de Proteção Radiológica; Ainda o temos o item abaixo do TR:.

19.6.1 Manutenção Preventiva:

19.6.1.1 A Contratada deverá realizar inspeções e testes periódicos, minimamente a cada 04 (quatro) meses, em datas previamente acordadas com a Contratante; Ao final da instalação, deverá ser apresentado pela Contratada o cronograma das manutenções preventivas para aprovação da Contratante.

Para fins de esclarecimento a manutenção preventiva ocorrerá a cada três meses durante o ano.

- se os equipamentos serão entregues de forma parcelada ou única

Resposta: Serão entregues de forma parcelada

3.2-NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA.

Frise-se que o objeto da licitação, é equipamento elétrico-eletrônico, sendo essencial que tanto a empresa vencedora, quanto seu responsável técnico estejam devidamente habilitados no CREA. De conseguinte, torna-se condição sine qua non, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que a empresa licitante apresente (i) sua regular inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da situação de sua sede; bem como (ii) demonstre possuir responsável técnico regularmente inscrito nos quadros do CREA, vinculado à licitante (por contrato permanente de prestação de serviços, ato constitutivo e/ou CTPS). Deixar de exigir tal comprovação, deixará esta Administração sujeita às fiscalizações do CONFEA, sem contar o risco para suas instalações elétricas

3.3-NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO CNEN / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

A licitante requer :

Diante dessas argumentações, espera-se pela revisão do Edital, para incluir expressamente, como condição de HABILITAÇÃO TÉCNICA, a necessidade de apresentação DO OFÍCIO autorização da CNEN expedida em nome da empresa licitante para distribuição de equipamentos de raios-x, ou seja, demonstração do atendimento das NORMAS CNEN 6.02.

Resposta: No item 22 do TR consta: 22.2 Deverá apresentar documento comprobatório Autorização de Operação na área de Manutenção de equipamentos de raios-x, emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Todavia, solicitamos a Comissão licitante que seja **expresso na parte da habilitação profissional -técnica:**

-DO OFÍCIO autorização da CNEN expedida em nome da empresa licitante para distribuição de equipamentos de raios-x, ou seja, demonstração do atendimento das NORMAS CNEN 6.02.

- apresente (i) sua regular inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da situação de sua sede; bem como (ii) demonstre possuir responsável técnico regularmente inscrito nos quadros do CREA, vinculado à licitante (por contrato permanente de prestação de serviços, ato constitutivo e/ou CTPS).

Solicitação aceita.

3.4-DO EXÍGUO PRAZO DE ENTREGA

16.3.2 O prazo a que se refere o item anterior poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias pela autoridade competente, caso a Contratada se manifeste tempestivamente e fundamentadamente sobre a necessidade de sua protelação, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência do término do prazo.

Permanece o prazo, uma vez que consta que poderá ser prorrogado por até 30 dias, ou seja, o prazo total poderá ser de até 120 dias.

3.5-DA DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE NARCÓTICOS

Já Consta do TR id 0055559848 os itens:

15.25 O Equipamento deverá vir acompanhado com um software de detecção automática de narcóticos, utilizando algoritmos de inteligência artificial, evitando que o agente penitenciário permita que narcóticos entrem nas unidades.

15.26 O software de detecção automática deverá estar baseado em estudos científicos e deve garantir eficiência na apresentação dos resultados. Deverá apresentar estimativas de existência de narcóticos nas cavidades internas do tronco.

Resposta: sim, o equipamento deverá vir embarcado com uma solução de detecção automática, conforme já prevê as cláusulas do edital;

3.6-DA NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

O TR em seu item 43, determina que a contratada preste garantia de execução no importe de 2% do valor contratual, no entanto, a empresa licitante requer a retificação do ato convocatório, com a ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE GARANTIA. SUBSIDIARIAMENTE, caso se entenda pela necessidade de manutenção da garantia, tem-se pela imprescindibilidade de REDUÇÃO DO SEU PERCENTUAL, para valor plausível e equivalente a não mais que 0,5% (meio por cento) do valor global do contrato.

Resposta:

Apesar da exigência do artigo 96 da Lei 14.133/21, dispor sobre a faculdade de exigência do seguro garantia, o seguro garantia no contrato de locação de body scan é **uma medida de proteção financeira essencial para a administração prisional, ora locadora, garantindo o recebimento dos valores acordados e mitigando os riscos inerentes a qualquer contrato de aluguel. É uma forma de trazer mais segurança e tranquilidade para ambas as partes envolvidas.**

Sobre a porcentagem, o artigo abaixo preconiza que poderá ser de até 5%, o edital cobra 2% e dada a complexidade técnica, **já colocamos o percentual mínimo da regra do artigo 98 da Lei 14.133/21**

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos

Outro ponto, por ser uma Ata de RP permite um melhor planejamento financeiro, pois os preços dos itens são conhecidos por um período determinado. E, especialmente, não obriga a administração a contratar todos os itens registrados, permitindo que as aquisições sejam realizadas de acordo com as necessidades e a disponibilidade orçamentária.

3.7-DA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS ESPECÍFICOS:

O item 28.4.3 do TR assim dispõe:

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, locação e manutenção de equipamentos de inspeção corporal (body scanner).

Compatibilidade em quantidade: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos no período de execução, comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente o serviço ou fornecimento, condizentes com o percentual de 6% do item para o qual a empresa apresentar proposta, ou seja, body scanner para locação e manutenção.

Resposta: Por se tratar de destinação de objetos específicos para as unidades prisionais, alteramos as exigências de atestado específicos para:

Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, **locação de equipamentos de inspeção corporal body scanner ou serviços de manutenção do item licitado .**

Compatibilidade em quantidade: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos no período de execução, comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente o serviço ou fornecimento, condizentes com o percentual de 5% do item para o qual a empresa apresentar proposta, ou seja, **locação de equipamento de body scanner ou serviços de manutenção do item licitado.**

3.8 - DA PESQUISA DE PREÇOS - PREÇOS MÁXIMOS INEXEQUÍVEIS

Da última pesquisa de preço o valor total de 12 meses já foi retificado de R\$619.075,52 para R\$7.428.906,24, realizado um novo quadro comparativo id 0059333911.

Contudo, a vigência do contrato será de 48 meses e a SAMS consta 12 meses.

Portanto, deve-se alterar o valor para 48 meses de contrato.

3.9-DA EXIGÊNCIA DO ITEM 16.2.3 DO TR

O item 16.2.3 do TR determina que: “16.2.3. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades”

A empresa licitante requer: **a) exclua a exigência contida no item 16.2.3 OU b) inclua no TR mais um item, contemplando eventuais retirada/transporte/reinstalação dos aparelhos em outras localidades, fixando uma quantidade a ser eventualmente utilizada durante todo o período contratual.**

Resposta: Considerando o contexto da Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia e a previsão de alterações no sistema prisional com a gestão terceirizada de unidades, esse tópico no contrato é de extrema importância por diversas razões estratégicas e operacionais, tais como Flexibilidade e Adaptabilidade, posto que a cláusula garante que a Secretaria poderá adaptar a solução contratada à medida que o sistema prisional evolui e as unidades são potencialmente transferidas para gestão terceirizada. Sem essa previsão, a Secretaria ficaria engessada com a instalação inicial, mesmo que os locais se tornassem inadequados ou sob nova administração.

Além disso, a realocação Estratégica permite a realocação da solução para atender novas necessidades ou prioridades dentro do sistema prisional, otimizando o uso da tecnologia contratada. Logo, a Continuidade Operacional sem Custos Adicionais trará economia de Recursos ao prever as reinstalações sem ônus, a Secretaria evita custos adicionais significativos que surgiriam caso fosse necessário contratar novas instalações ou pagar pela remoção e reinstalação da solução existente. Isso otimiza o uso dos recursos públicos e minimiza Interrupção visto que a possibilidade de reinstalação garante a continuidade da utilização da solução nos novos locais, minimizando interrupções nos processos da Secretaria, o que é crucial em um ambiente sensível como o sistema prisional.

Outro ponto importante é a Previsão e Planejamento pois necessitamos antecipação de Cenários: A cláusula demonstra uma visão de futuro e um planejamento estratégico por parte da Secretaria, antecipando as possíveis mudanças na gestão prisional e garantindo que a solução contratada possa acompanhá-las e por fim a Mitigação de Riscos Contratuais: Sem essa cláusula, a Secretaria estaria sujeita a renegociações contratuais dispendiosas caso precisasse mover a solução para novos locais. A previsão contratual inicial blinda a administração desses custos inesperados.

Nesse sentido, **a referida cláusula contratual é fundamental para garantir que a Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia tenha a flexibilidade, a economicidade e a segurança operacional necessárias para adaptar a solução contratada às dinâmicas e futuras alterações no sistema prisional.**

3.10-DO PRAZO PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Ao tratar dos níveis de atendimento, o Termo de Referência do edital estabelece, nos itens 17.11.3, 18.5, 18.6 e 20.2.1, prazos extremamente exíguos para a substituição de equipamentos em caso de defeito de fabricação, especificamente para a troca de peças (48 horas) e para a recuperação ou substituição definitiva dos equipamentos defeituosos (5 dias corridos)

Dessa forma, para garantir a viabilidade da execução contratual e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a IMPUGNANTE solicita que sejam retificados os Itens mencionados, nos seguintes termos:

17.11.3: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para troca sem necessidade de peças, e até 10 (dez) dias para substituição com necessidade de troca de peças, contados da notificação ao fornecedor;

18.5: manutenção do prazo de início do atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, e conclusão dos serviços em até 3 (três) dias corridos, desde que não haja necessidade de troca de peças;

18.6: substituição provisória do equipamento caso não seja possível a recuperação em até 15 (quinze) dias corridos, com substituição definitiva caso constatada a impossibilidade de reparo em até 30 (trinta) dias;

20.2.1: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para manutenção corretiva sem necessidade de troca de peças e de até 15 (quinze) dias quando necessária a substituição de peças.

Resposta:

Altera-se o:

17.11.3 Caso algum objeto apresente defeito de fabricação durante o período de garantia, o fornecedor, de forma solidária, se compromete a efetuar a troca sem ônus para a Administração no prazo em ATÉ 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 48 (vinte e quatro) horas quando a substituição de peças for necessária, a contar da notificação ao fornecedor

Para:

17.11.3 Caso algum objeto apresente defeito de fabricação durante o período de garantia, o fornecedor, de forma solidária, se compromete a efetuar a troca sem ônus para a Administração no prazo em ATÉ 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e até 10 (dez) dias úteis para substituição com necessidade de troca de peças, contados da notificação ao fornecedor;

Altera-se:

18.5 A assistência técnica deverá ser realizada no local da instalação de 06:00 às 19:00 (seis a dezenove horas) de segunda a domingo, tendo seu início dentro de um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de comunicação formal (contato telefônico ou eletrônico) realizado pela CONTRATANTE e recebido pela área responsável da CONTRATADA, tendo esta o prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento do chamado de abertura, para a conclusão dos serviços técnicos e restabelecimento de funcionamento dos equipamentos.

Para:

18.5 A assistência técnica deverá ser realizada no local da instalação de 06:00 às 19:00 (seis a dezenove horas) de segunda a domingo, tendo seu início dentro de um período máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento de comunicação formal (contato telefônico ou eletrônico) realizado pela CONTRATANTE e recebido pela área responsável da CONTRATADA, tendo esta o prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento do chamado de abertura, para a conclusão dos serviços técnicos e restabelecimento de funcionamento dos equipamentos, **desde que não haja necessidade de troca de peças;**

Altera-se:

18.6 Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de 05 (cinco) dias corridos, deve ser providenciada, pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, novo, de primeiro uso, em caráter provisório. Caso a CONTRATADA constata a impossibilidade do reparo em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica, a substituição passará a ser definitiva.

Para:

18.6 Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de até 15(quinze) dias corridos, deve ser providenciada, pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, novo, de primeiro uso, em caráter provisório e substituição definitiva caso constatada a impossibilidade de reparo em até 30 (trinta) dias;

Altera-se:

20.2 Resolução de problemas diagnosticados:

20.2.1 Em até 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 48 (vinte e quatro) horas quando a substituição de peças for necessária. Os prazos serão computados a partir do horário de abertura do chamado.

Para:

20.2 Resolução de problemas diagnosticados:

20.2.1 Em até 72 (setenta e duas) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 05 (cinco) dias úteis quando a substituição de peças for necessária. Os prazos serão computados a partir do horário de abertura do chamado.

(...)

► **II - ESCLARECIMENTO - (0059537818)**

(...)

vem mui respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, conforme segue:

QUESTÃO 1:

O TR – Termo de Referência, anexo ao Edital, traz em seu item 7.1:

7.1. Consta nos autos Portaria nº 4855 do [Plano de Contratação Anual](#) da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, com os objetos i

ORDEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	JUSTIFICATIVA
16	Contratação de Serviço de Locação e Manutenção de Equipamentos de Body Scanner (Raio X scanner de corpo e periféricos)	Os equipamentos eletrônicos de segurança estão em constante de objetos, produtos ou substâncias proibidas e, por conseguinte, mesmos nas unidades prisionais, ante a possibilidade de ocultação em diversos locais (inclusive no próprio corpo do indivíduo).

Por gentileza indicar, objetivamente, a que parte, componente ou peça se refere as expressão “periféricos”.

QUESTÃO 2:

O TR – Termo de Referência, anexo do Edital, o item 8.1 e 8.2 trazem a reserva orçamentária da despesa com referência ao exercício de 2024:

8.1. Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa as despesas para 2024:

AÇÃO		FONTE DE RECURSO		EL
21.001.03.421.2102.2953	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES PRISIONAIS	1.500	Tesouro Estadual	

8.2. Ademais:

AÇÃO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESA	ÓRGÃO
08 122 2006 4072 407201	1.500	3390.39 - (23030)	Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado
06.126.2166.2237	1.500.0.00001 1.501.0.00001	3.3.90.40	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Todavia, o Edital foi publicado em abril/2025.

Poderia, por gentileza, confirmar as ordenações de despesas para o exercício de 2025, atinentes ao presente certame?

QUESTÃO 3:

O item 13 do TR – Termo de Referência do Edital traz o seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	FABRICANTE	MODELO	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO MENSAL POR EQUIPAMENTO	C
				Mínima	Máxima		
01	Serviço de Locação de Equipamentos de Body Scanner (Raio X - scanner de corpo e periféricos), para inspeção corporal incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato, em apoio à Secretaria da Secretaria de Estado de Justiça do Estado de Rondônia nos processos de vistoria de pessoas que adentram as Unidades Prisionais. O equipamento deve ser capaz de, não se limitando a: detectar aparelhos eletrônicos, telefones celulares, armas de fogo, armas brancas, cerâmicas, madeira, embalagens com narcóticos, explosivos e fios metálicos, entre outros ilícitos, permitindo enxergar o que o inspecionado carrega nas ou debaixo das roupas ou em cima da pele, bem como no aparelho digestivo ou nas cavidades do corpo humano, entre outras características constantes na descrição e especificações			22	32		

o item 40.2 traz o seguinte:

40. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/VIGÊNCIA/VEDAÇÕES

40.1. Será formalizado o Contrato Administrativo estabelecendo em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, em

40.2. O Contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da Ordem de Serviço Inicial, conforme Art.107 da Lei 14.133/2021, que admite a contratação por até 10 (dez) anos:

A tabela traz a menção a somente 12 (doze) meses de contratação. Todavia, o item 40.2 diz que o prazo de vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, mas fundamenta o tema no artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, que admite a contratação por até 10 (dez) anos:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

Diante das divergências apontadas e considerando que a fixação, já no edital, de um prazo de contratação mais longo viabilizará a oferta de propostas mais econômicas, entendemos que o PRAZO A SER CONSIDERADO NA PLANILHA DE PREÇOS SERÁ O VALOR MENSAL MULTIPLICADO POR 120 MESES (equivalentes a 10 anos de vigência de contrato).

3.1. Está correto esse entendimento?

3.2. Caso a resposta seja negativa, por gentileza esclarecer qual será o prazo de vigência do contrato e justificar.

3.3. Por gentileza esclarecer, também, a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato e seu respectivo prazo.

QUESTÃO 4:

O item 13 do TR – Termo de Referência do Edital traz o seguinte quadro:

13. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

13.1. Listados conforme Solicitação de Compra (0045793821), Estudo Técnico (0053591551) e Planilha Consolidada (Body Scanner)

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	FABRICANTE	MODELO	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO MENSAL POR EQUIPAMENTO	C
				Mínima	Máxima		
01	Serviço de Locação de Equipamentos de Body Scanner (Raio X - scanner de corpo e periféricos), para inspeção corporal incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva durante a vigência do contrato, em apoio à Secretaria da Secretaria de Estado de Justiça do Estado de Rondônia nos processos de vistoria de pessoas que adentram as Unidades Prisionais. O equipamento deve ser capaz de, não se limitando a: detectar aparelhos eletrônicos, telefones celulares, armas de fogo, armas brancas, cerâmicas, madeira,			22	32		

A quantidade mínima indicada por "22", indica a quantidade mínima por pedido do órgão (ao aderir à ata de registro de preços)?

Ou a quantidade mínima indicada na tabela supra, como "22", seria a quantidade mínima para que licitante apresente quotação?

Por gentileza esclarecer a questão das quantidades, notadamente à luz da indicação, no Edital, de impossibilidade de parcelamento do objeto.

QUESTÃO 5:

O item 15.54 do TR, determina que:

15.54. O equipamento deve possuir a capacidade de integração junto aos demais scanners corporais adquiridos por esta SEJUS-RC assim os critérios e determinações quanto ao limite de radiação absorvida imposto pela CNEN;

Considerando a possível diferença de fabricante entre os scanners corporais adquiridos pela SEJUS anteriormente e os locados no âmbito do PE90369/2025, a diferença de mecanismos internos de cada equipamento, entendemos que:

A integração entre os equipamentos antigos e os novos se dará por software específico, sendo este custeado pela contratante. Está correto este entendimento?

Favor esclarecer e justificar.

QUESTÃO 6:

O item 15.50 do TR, traz a seguinte informação:

15.50. CNEN informa que cabine é apenas um acessório. Pois a dose de radiação do equipamento é quase zero.

Considerando a impossibilidade de exposição permanente dos operadores do scanner, entendemos que, tais profissionais estarão em local reservado (sala/ou com distância mínima do equipamento que emite radiação), está correto este entendimento?

Favor esclarecer e justificar

Caso a resposta acima tenha sido negativa, questionamos se a contratada deverá fornecer painel plumbífero?

QUESTÃO 7:

Os itens 40.1 a 40.3, trazem as seguintes informações:

40. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/VIGÊNCIA/VEDAÇÕES

40.1. Será formalizado o Contrato Administrativo estabelecendo em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, em

40.2. O Contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da Ordem de Serviço Inicial, conforme Art.107 da Lei Contratada, que nominará todos os equipamentos dispostos para o contrato, para que os equipamentos sejam retirados nas Unidades onde

40.3. No caso da CONTRATADA manifestar-se pela prorrogação contratual, os equipamentos poderão ser incorporados ao patrimônio

40.4. O prazo para assinatura do contrato será de até 5 (cinco) dias úteis da comunicação ao fornecedor.

40.5. O início do contrato poderá ser alterado no caso de haver necessidade por parte da Administração de fazê-lo. Caso o contrato, para que os equipamentos sejam retirados nas Unidades onde estão instalados em até 30 (trinta) dias.

40.6. O índice de reajuste que deverá ser aplicado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

40.7. Após o encerramento da vigência contratual, a Contratada deverá disponibilizar toda a base de dados para a SEJUS/RO, sem é

Assim, questionamos:

a) O prazo de vigência contratual será de 48 meses, podendo ser prorrogado igual período ou por até 10 anos (conforme Lei 14133/21)?

b) Caso o contrato não seja prorrogado, o prazo de 30 dias para retirada dos equipamentos poderá ser prorrogado, tendo em vista a quantidade de equipamentos?

c) Da leitura do item 40.3, entendemos que ao final do contrato a doação dos equipamentos não é obrigatória. Está correto este entendimento? Favor esclarecer e justificar.

Sendo o que nos competia para o momento, agradecemos pela atenção e aguardamos por vosso retorno.

(...)

► RESPOSTA SEJUS-DAPP - (0059871534)

(...)

QUESTÃO 1:

O TR – Termo de Referência, anexo ao Edital, traz em seu item 7.1:

Por gentileza indicar, objetivamente, a que parte, componente ou peça se refere a expressão “periféricos”.

Resposta: Os periféricos são os equipamentos acessórios que compõe o equipamento para sua funcionalidade integral, como teclados. Monitores, nobreak, cabine, câmeras e softwares.

QUESTÃO 2:

O TR – Termo de Referência, anexo do Edital, o item 8.1 e 8.2 trazem a reserva orçamentária da despesa com referência ao exercício de 2024:

A despesa orçamentária indicada com referência ao ano de 2024, foi a origem, contudo ela foi prorrogada para início de uso em 2025. O objeto quando foi realizado o ETP anterior já constava na Portaria nº 4855 de 15 de dezembro de 2023 id 0044509847 que Aprovou o Plano de Contratações Anual de 2024 da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS,

Contudo, para fins de atualização, anexamos o id 0060040420 referente ao Relatório do Plano de Contratação Anual 2025 inicialmente conta na posição 100 do referido documento novamente a previsão para aquisição do objeto, em conformidade com Documento de Oficialização de Demanda nº 4/2024/SEJUS-DAPP (0049214672), ou seja, consta a previsão para aquisição do referido objeto na Portaria 1932 (0059749093) referente ao ano de 2025.

QUESTÃO 3:

O item 13 do TR – Termo de Referência do Edital traz o seguinte quadro:

Diante das divergências apontadas e considerando que a fixação, já no edital, de um prazo de contratação mais longo viabilizará a oferta de propostas mais econômicas, entendemos que o PRAZO A SER CONSIDERADO NA PLANILHA DE PREÇOS SERÁ O VALOR MENSAL MULTIPLICADO POR 120 MESES (equivalentes a 10 anos de vigência de contrato). 3.1. Está correto esse entendimento? 3.2. Caso a resposta seja negativa, por gentileza esclarecer qual será o prazo de vigência do contrato e justificar. 3.3. Por gentileza esclarecer, também, a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato e seu respectivo prazo.

Resposta: A SAMS consta 12 meses, contudo, o prazo a ser considerado será de 48 meses. Já foi solicitado alteração do quadro de preços.

O item 40.2 do TR diz que: **O Contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da Ordem de Serviço Inicial, conforme Art.107 da Lei nº 4.133/21, dada a complexidade da execução contratual, caso o contrato não seja prorrogado, o gestor do contrato emitirá Termo de Devolução à Contratada, que nominará todos os equipamentos dispostos para o contrato, para que os equipamentos sejam retirados nas Unidades onde estão instalados em até 30 (trinta) dias.**

Como não tratamos de prazo de prorrogação, pedimos adendo modificador para informa-se que trata-se de Ata de Registro de Preço que ao utilizá-la formalizaremos contrato com vigência de 48 meses, quanto ao prazo de prorrogação esclarecemos que **será de 12 meses, tempo necessário garantir a disponibilidade orçamentária para fazer face às despesas decorrentes da prorrogação, com a indicação da rubrica correspondente e a demonstração de que os créditos e empenhos serão adequados**

Todavia, o presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da lei 14.133/2021.

QUESTÃO 4:

O item 13 do TR – Termo de Referência do Edital traz o seguinte quadro:

A quantidade mínima indicada por “22”, indica a quantidade mínima por pedido do órgão (ao aderir à ata de registro de preços)? Ou a quantidade mínima indicada na tabela supra, como “22”, seria a quantidade mínima para que licitante apresente cotação? Por gentileza esclarecer a questão das quantidades, notadamente à luz da indicação, no Edital, de impossibilidade de parcelamento do objeto

Resposta: A quantidade a ser considerada para cotação global será de 32 unidades, sendo que a responsabilidade de contratação mínima será de 07 unidades, somando o órgão licitador e os interessados listados no processo.

QUESTÃO 5:

O item 15.54 do TR, determina que:

Considerando a possível diferença de fabricante entre os scanners corporais adquiridos pela SEJUS anteriormente e os locados no âmbito do PE90369/2025, a diferença de mecanismos internos de cada equipamento, entendemos que: A integração entre os equipamentos antigos e os novos se dará por software específico, sendo este custeado pela contratante. Está correto este entendimento? Favor esclarecer e justificar.

Resposta: Sim está correto este entendimento. DEVERÁ SER EXECUTADO EM SUA TOTALIDADE, INCLUINDO AS DESPESAS DESSA INTEGRAÇÃO PELA CONTRATADA.

QUESTÃO 6:

O item 15.50 do TR, traz a seguinte informação: Considerando a impossibilidade de exposição permanente dos operadores do scanner, entendemos que, tais profissionais estarão em local reservado (sala/ou com distância mínima do equipamento que emite radiação), está correto este entendimento? Favor esclarecer e justificar Caso a resposta acima tenha sido negativa, questionamos se a contratada deverá fornecer painel plumbífero?

Resposta: Considerando as estruturas das unidades prisionais em que a maioria não possui sala específica para os equipamentos e que já possuímos uma quantidade de equipamentos locados com cabine blindada, verificamos que o painel plumbífero não é adequado nas unidades prisionais, visto que na maioria delas, não temos sala apropriada. Acontece que a condição do local a ser instalado os equipamentos dependerá da adaptação de cada unidade, geralmente, na parte do comissariado da unidade prisional, dito isto, o anteparo plumbífero poderá não ser suficiente para se adequar as normas CNEN nos casos de Penitenciárias que não foram projetadas para ter Bodyscan com o rigor da Norma CNEN.

Vejamos o GUIA PARA ATENDIMENTO DE REQUISITOS DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA RADIOLÓGICA NO USO DE EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO CORPORAL versão 2.0-outubro de 2023 no ANEXO I – Procedimento de Operação :

IX - Descrição detalhada da operação do equipamento gerador de radiação, incluindo:

a-Descrição do local e da operação do equipamento de inspeção corporal considerando o posicionamento dos indivíduos escaneados e indivíduos que não estão sendo escaneados, mas podem estar nas proximidades do equipamento de inspeção corporal. A instalação deve encaminhar também croqui em escala (ou planta em escala) e registros fotográficos. **No caso de equipamentos de inspeção corporal que não possuam cabine blindada, deverá ser comprovado que os operadores e demais trabalhadores e indivíduos de público, que não estão sendo escaneados, permaneçam a uma distância mínima de 1,5 m de qualquer superfície ou extremidade (incluindo esteira) do equipamento de inspeção corporal durante o processo de escaneamento**

Inclusive existe julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo 959.620 pelo STF. Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional. A certidão de julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo n. 959.620 pelo Supremo Tribunal Federal - STF (0059270147), o qual versa sobre revista íntima nos presídios ou estabelecimentos de segregação, informamos sobre o Tema 998, firmado com a seguinte tese:

Decisão: **O Tribunal, por unanimidade**, apreciando o tema 998 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário com agravo, nos termos do voto do Relator, com as ressalvas dos Ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Dias Toffoli quanto à ilicitude da revista íntima neste caso. Em seguida, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese:

“1. Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação é inadmissível a revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes ou exames invasivos com finalidade de causar humilhação. A prova obtida por esse tipo de revista é ilícita, salvo decisões judiciais em cada caso concreto. A presente decisão tem efeitos prospectivos a partir da publicação da ata do julgamento.

2. A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita diante da presença de indício robusto de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonagado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos. São

considerados robustos indícios embasados em elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias, e comportamentos suspeitos.

3. Confere-se o prazo de 24 meses, a contar da data deste julgamento, para aquisição e instalação de equipamentos como scanners corporais, esteiras de raio X e portais detectores de metais em todos os estabelecimentos penais.

4. Fica determinado ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública e aos Estados que, por meio dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública, promovam a aquisição ou locação, e distribuição de scanners corporais para as unidades prisionais, em conformidade com sua atribuição de coordenação nacional da política penitenciária, assegurando a proteção dos servidores, a integridade dos detentos e a dignidade dos visitantes, prevenindo práticas abusivas e ilícitas, sem interferir na autonomia dos entes federativos, e garantindo a aplicação uniforme das diretrizes de segurança penitenciária no país.

5. Devem os entes federados, no âmbito de suas atribuições, garantir que a aquisição ou locação de scanners corporais para as unidades prisionais esteja contemplada no respectivo planejamento administrativo e orçamento, com total prioridade na aplicação dos recursos.

6. Excepcionalmente, na impossibilidade ou inefetividade de utilização do scanner corporal, esteira de raio-x, portais detectores de metais, a revista íntima para ingresso em estabelecimentos prisionais, diante de indícios robustos de suspeitas, tangíveis e verificáveis, deverá ser motivada para cada caso específico e dependerá da plena concordância do visitante, vedada, em qualquer circunstância, a execução da revista como forma de humilhação e de exposição vexatória; deve ser realizada em local adequado, exclusivo para tal verificação, e apenas em pessoas maiores e que possam emitir consentimento válido por si ou por meio de seu representante legal, de acordo com protocolos gerais e nacionais preestabelecidos e por pessoas do mesmo gênero do visitante, preferencialmente por profissionais de saúde, nas hipóteses de desnudamento e exames invasivos.

(...)

Diante do cumprimento do entendimento acima, nos exige que de fato seja um equipamento de body scanner com cabine blindada integrada para facilitar o cumprimento dessas normas, garantindo que o vazamento de radiação em qualquer ponto da carga do equipamento seja inferior aos limites permitidos. Sem a blindagem, seriam necessárias barreiras físicas e distâncias de segurança maiores para proteger os profissionais, o que não é nossa realidade no Sistema Prisional, aliás, já possuímos 7(sete) equipamentos com cabine blindada nas unidades do Estado no CONTRATO nº 0723/SEJUS/PGE/2023;

Portanto, como adendo modificador, o equipamento deverá ser fornecido com cabine blindada, por ser mais eficiente diante das estruturas físicas das unidades e obedecendo as normas do CNEN.

QUESTÃO 7:

Os itens 40.1 a 40.3, trazem as seguintes informações: Assim, quesonamos: a) O prazo de vigência contratual será de 48 meses, podendo ser prorrogado igual período ou por até 10 anos (conforme Lei 14133/21)? b) Caso o contrato não seja prorrogado, o prazo de 30 dias para rerada dos equipamentos poderá ser prorrogado, tendo em vista a quantidade de equipamentos? c) Da leitura do item 40.3, entendemos que ao final do contrato a doação dos equipamentos não é obrigatória. Está correto este entendimento? Favor esclarecer e justificar

Resposta: O prazo contratual será de 48 meses, prorrogável por mais 12 meses.

Não havendo prorrogação o prazo de retirada será mantido em 30 dias, podendo se prorrogar por mais 30 dias, mediante apresentação do plano de retirada bem sustentado para apreciação da comissão. a doação dos equipamentos não é obrigatória, somente será, no caso de renovação do contrato.

(...)

► III - ESCLARECIMENTO - (0059563460)

(...)

,à presença de V.Sa., apresentar o seu **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** ao ato convocatório do Pregão em epígrafe fatos e fundamentos que passa a aduzir:

(..)

2. Ocorre que, ao analisar o edital e seus anexos, identifiquei requisitos que necessitam de maiores esclarecimentos, a fim de garantir que a proposta apresentada esteja plenamente alinhada com as exigências da Administração. Dessa forma, visando contribuir para a transparência e para o aperfeiçoamento do procedimento licitatório, passamos à exposição dos questionamentos pertinentes. Senão vejamos:

3. Constatou-se, em primeiro lugar, a existência de aparente contradição quanto à periodicidade das manutenções preventivas previstas para os equipamentos objeto da contratação.

4. Enquanto o item 15.47 do Termo de Referência estabelece expressamente a necessidade de manutenção preventiva com periodicidade trimestral, o item 19.6.1.1, constante da seção de manutenção preventiva (19.6.1), dispõe que tal manutenção ocorrerá de forma quadrimestral.

5. Diante disso, requer-se seja esclarecido qual será o intervalo oficial exigido contratualmente para a realização das manutenções preventivas, a fim de que se evite divergências na execução contratual e na elaboração de propostas que atendam ao interesse público.

6. Em segundo lugar, requer-se elucidação quanto ao conteúdo do ANEXO II – Macrocronograma de Implantação (página 32 do edital), especialmente no que se refere à atividade de operação assistida. Embora conste do referido cronograma o prazo compreendido entre o 41º e o 90º dia para a realização das atividades de entrega, instalação, treinamento e operação assistida, não se verifica qualquer especificação acerca da carga horária, da duração efetiva, do número de dias de operação assistida, tampouco a quantidade de equipamentos a ela vinculados.

7. A ausência dessas informações compromete a previsibilidade necessária à adequada precificação e à alocação dos recursos humanos e materiais por parte das empresas interessadas.

8. Outro ponto que necessita de esclarecimento, refere-se a exigência de declaração de acessibilidade, pois após análise do referido edital, foi verificada a exigência de declaração de acessibilidade entre os documentos a serem apresentados pelos licitantes. Considerando que o objeto do presente pregão não envolve a contratação de obras ou serviços de engenharia, solicitamos esclarecimentos quanto à aplicabilidade dessa exigência ao certame em questão.

9. Nesse sentido, tendo em vista que a obrigatoriedade da apresentação de declaração de acessibilidade decorre, via de regra, de contratos que envolvam projetos arquitetônicos, urbanísticos ou de construção civil, entendemos que tal exigência deve ser desconsiderada neste caso específico, de modo a resguardar o princípio da razoabilidade e evitar a imposição de requisito desnecessário à participação no certame."

10. Diante do exposto, solicitamos a confirmação se a exigência da declaração de acessibilidade permanece válida para este pregão ou se a mesma será formalmente desconsiderada por não se aplicar à natureza do objeto licitado."

11. Assim, espera-se que as informações ora solicitadas sejam prestadas no prazo legal, com a devida publicidade, e que as respostas vinculem a Administração e os licitantes, garantindo, assim, a segurança jurídica do certame e a observância aos princípios da legalidade, da isonomia e da transparência.

DOS PEDIDOS

i. Sejam prestado esclarecimento solicitado nos itens mencionados anteriormente a fim de possibilitar a elaboração de uma proposta conforme exigências editalícias

ii. Caso mantido certame, solicita-se havendo alteração esclarecimento no edital publicada edital n legal, permitindo ampla participação dos interessados, garantindo a devida publicidade readequando ao solicitado]

Nestes termos, requer deferimento. Lagoa Santa, 24 de abril de 2025

(...)

► RESPOSTA SEJUS-DAPP - (0059871534)

(...)

Ponto 1) Constatou-se, em primeiro lugar, a existência de aparente contradição quanto à periodicidade das manutenções preventivas previstas para os equipamentos objeto da contratação. 5. Enquanto o item 15.47 do Termo de Referência estabelece expressamente a necessidade de manutenção preventiva com periodicidade trimestral, o item 19.6.1.1, constante da seção de manutenção preventiva (19.6.1), dispõe que tal manutenção ocorrerá de forma quadrimestral. 6. Diante disso, requer-se seja esclarecido qual será o intervalo oficial exigido contratualmente para a realização das manutenções preventivas, a fim de que se evite divergências na execução contratual e na elaboração de propostas que atendam ao interesse público

Resposta: A manutenção preventiva deverá ocorrer na forma trimestral e a manutenção corretiva foi respondido no Ponto 5) 2.5. DOS ATENDIMENTOS – SLA – PRAZO DE RESOLUÇÃO, com as devidas alterações dos prazos de atendimento, substituição de peças e substituição de equipamentos;

Ponto 2) Em segundo lugar, requer-se elucidação quanto ao conteúdo do ANEXO II – Macrocronograma de Implantação (página 32 do edital), especialmente no que se refere à atividade de operação assistida. Embora conste do referido cronograma o prazo compreendido entre o 41º e o 90º dia para a realização das atividades de entrega, instalação, treinamento e operação assistida, não se verifica qualquer especificação acerca da carga horária, da duração efetiva, do número de dias de operação assistida, tampouco a quantidade de equipamentos a ela vinculados. 8. A ausência dessas informações compromete a previsibilidade necessária à adequada precificação e à alocação dos recursos humanos e materiais por parte das empresas interessadas

Resposta: Para fins de esclarecimento da realização das atividades de entrega, instalação e treinamento e no caso, da operação assistida, deverá ocorrer pelo período mínimo de 3 horas após a instalação e treinamento do equipamento em cada unidade prisional, afim de retirar qualquer dúvida operacional do equipamento pelos agentes durante o uso dos mesmos.

A quantidade de equipamentos vinculadas na operação assistida será a mesma quantidade a ser contratada pela administração prisional.

Ponto 3) Outro ponto que necessita de esclarecimento, refere-se a exigência de declaração de acessibilidade, pois após análise do referido edital, foi verificada a exigência de declaração de acessibilidade entre os documentos a serem apresentados pelos licitantes.

Considerando que o objeto do presente pregão não envolve a contratação de obras ou serviços de engenharia, solicitamos esclarecimentos quanto à aplicabilidade dessa exigência ao certame em questão. 10. Nesse sentido, tendo em vista que a obrigatoriedade da apresentação de declaração de acessibilidade decorre, via de regra, de contratos que envolvam projetos arquitetônicos, urbanísticos ou de construção civil, entendemos que tal exigência deve ser desconsiderada neste caso específico, de modo a resguardar o princípio da razoabilidade e evitar a imposição de requisito desnecessário à participação no certame." 11. Diante do exposto, solicitamos a confirmação se a exigência da declaração de acessibilidade permanece válida para este pregão ou se a mesma será formalmente desconsiderada por não se aplicar à natureza do objeto licitado."

Verificou-se o item 27.1.1 da Contratada que além das documentações legais, imperativamente exigidas, dispostas no **item 27** deste **Termo de Referência**, a CONTRATADA deverá apresentar as seguintes declarações:

VI- Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

A exigência foi escrita pelo SEJUS-NUCOM, mas analisando o artigo 45 da Lei 14.133/2021 referente a Obras e serviços de engenharia:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Desse modo, **aceitamos o pedido da licitante e solicitamos a desconsideração por não se aplicar à natureza do objeto licitado.**

(...)

► **IV - IMPUGNAÇÃO - (0059777554)**

(...)

Estando o objeto do certame essencialmente relacionado ao âmbito de atuação da Impugnante, esta pretende apresentar proposta para a participação no Pregão Eletrônico, mas não sem antes esclarecer alguns aspectos que podem impactar diretamente em sua formulação.

Isso porque, o Edital, tal como redigido, possui algumas falhas que, se devidamente sanadas, permitirão não somente a oferta de melhores propostas do ponto de vista técnico e financeiro, como a ampliação da competitividade, que consiste em um dos principais fins de todo e qualquer procedimento licitatório.

Sendo certo, ademais, que o saneamento das falhas em seguida apontadas influenciará, de forma inequívoca, na elaboração das propostas dos futuros licitantes, se faz necessária a incidência do artigo 55, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, com a consequente republicação do instrumento convocatório devidamente corrigido.

Diante disso, apresenta-se esta impugnação de forma tempestiva, com o fim de esclarecer aspectos que podem ocasionar dúvidas fundadas com relação à elaboração da proposta, bem como ampliar o universo de possíveis competidores, caso devidamente sanadas, permitindo que a Administração Pública atinja às finalidades propostas para o certame, como se passa a demonstrar em seguida.

II. DOS PONTOS PASSÍVEIS DE CORREÇÃO

2.1. DA PESQUISA DE MERCADO

No processo licitatório em epígrafe, foi divulgado, em anexo ao instrumento convocatório, o detalhamento da pesquisa de mercado que fundamentou a composição dos preços estimados para a presente licitação.

Ao apresentar as bases da referida consulta de preços, em sua página 39, é exposto o seguinte cenário:



Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO
1	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE BODY SCANNER(RAIÃO X CORPORAL)	UND	32	R\$ 19.900,00	R\$ 20.500,00	R\$ 15.500,00	R\$ 21.484,42	15.500,00	R\$ 19.346,11	20.200,00	2.846,95
VALOR TOTAL											
NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES		As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (0055559848). EMP1 VMI SECURITY EMP2 ABN REPRESENTAÇÕES EMP3 BANCO DE PREÇOS EMP4 CONTRATO Nº 0723/SEJUS/PGE/2023									

No entanto, a Lei Federal nº 14.133/2021 é clara ao estabelecer as diretrizes para a realização do estudo de mercado que deve fundamentar a estimativa de preços no âmbito da licitação:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da licitação;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que os orçamentos não tenham sido obtidos com mais de 6 (seis) meses de antecedência à data de divulgação do edital.

Inicialmente, considerando os parâmetros estabelecidos no inciso II do § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, observa-se que a Administração Pública deveria ter indicado, para realização de pesquisa de preços, contratos com objetos similares. No entanto, optou por adotar, como uma das referências no detalhamento da pesquisa de mercado, o Contrato nº 0723/SEJUS/PGE/2023, cujo objeto não se revela compatível com o objeto principal do presente certame.

Isso se deve ao fato de que, ao consultar o extrato correspondente, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 15 de agosto de 2023, verifica-se que o objeto do contrato n.º 0723/SEJUS/PGE/2023 não guarda compatibilidade com o do Pregão Eletrônico nº 90369/2024.

Com efeito, o referido contrato tem por objeto exclusivamente a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de inspeção corporal do tipo single view, enquanto o objeto do presente certame contempla, primordialmente, a locação de novos equipamentos de inspeção corporal, sendo os serviços de manutenção apenas uma parcela acessória e complementar do fornecimento.

Dessa forma, resta evidente que o Contrato nº 0723/SEJUS/PGE/2023 não constitui parâmetro válido ou adequado para fins de composição do preço estimado da presente licitação.

No mesmo sentido, a pesquisa de preços deixou de observar o disposto no Decreto n.º 28.874/2024, que também dispõe sobre a pesquisa de mercado, nos seguintes termos:

Art. 53. O resultado da pesquisa de preços será a média, mediana ou o menor dos preços obtidos, observados os seguintes parâmetros:

I - para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser realizada análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;

Diante disso, considerando a inaplicabilidade do Contrato nº 0723/SEJUS/PGE/2023 como referência válida para a composição da estimativa de preços do objeto licitado, passa-se à análise de outra peculiaridade observada no estudo de mercado apresentado: a ausência de diversidade de marcas e modelos considerados na pesquisa de preços.

A Instrução Normativa nº 65/2021, estabelece diretrizes específicas para a realização da pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública. Nesse contexto, destaca-se o disposto em seu artigo 3º, que trata da necessidade de diversidade na composição da estimativa:

(..)

Conforme se depreende do detalhamento das diretrizes que orientam a elaboração da pesquisa de preços, resta claro que seu objetivo não se limita à fixação de custos máximos da contratação. Trata-se, sobretudo, de um instrumento voltado à obtenção de um panorama real do mercado, mediante a consulta a seus principais fornecedores, com vistas a compreender as necessidades efetivas da Administração diante das alternativas tecnológicas e comerciais disponíveis. A partir desse diagnóstico é que se deve estruturar o procedimento licitatório de forma a melhor atender ao interesse público.

Para que os princípios da isonomia e da competitividade sejam devidamente observados, é imprescindível que a pesquisa de preços envolva fornecedores distintos, de modo a evitar direcionamentos, ainda que indiretos, a marcas ou empresas específicas

No entanto, é inegável que a pesquisa conduzida por esta Administração se restringiu a apenas um dos principais players do mercado de equipamentos de inspeção corporal, o que compromete a imparcialidade e a fidedignidade do estudo, em desacordo com os preceitos normativos aplicáveis.

A própria impugnante, atual detentora de significativa participação no mercado público de equipamentos de inspeção corporal, com contratos de locação firmados junto a diversos órgãos, como a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG), a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária de Goiás (DGPP/GO) e a Fundação CASA/SP, todos iniciados nos últimos dois anos, não foi consultada pela SEJUS/RO quanto à abertura do presente processo licitatório.

Ocorre que a exclusão de fabricantes relevantes e amplamente atuantes nesse segmento pode, invariavelmente, comprometer a vantajosidade da contratação, tanto sob o aspecto econômico quanto sob o ponto de vista tecnológico — conforme será demonstrado nos tópicos seguintes.

Nesse contexto, requer-se que o presente processo licitatório retorne à fase de pesquisa de mercado, a fim de que seja oportunizado o diálogo adequado com os fabricantes e distribuidores dos equipamentos em questão, para que os preços envolvidos na contratação reflitam os preços praticados no mercado.

Referida medida permitirá à Administração alcançar uma compreensão mais precisa de suas necessidades, resultando na elaboração de um novo Termo de Referência, que contemple exigências técnicas mínimas e precisas dos equipamentos, a fim de que sejam compatíveis com a realidade do mercado e com os interesses públicos envolvidos. Dessa forma, estar-se-á assegurando o cumprimento dos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da isonomia, competitividade e eficiência, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. DA TECNOLOGIA DE DUPLA VISÃO PARA O EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO CORPORAL

Os Itens 15.28 e 15.29 do Termo de Referência do edital, ao especificarem as características estruturais do equipamento de inspeção corporal, estabelecem que este deve obrigatoriamente possuir duas fontes geradoras, conforme o disposto a seguir:

15.28. O equipamento deverá permitir inspeção no modo visão única (single view) e modo visão dupla (dual view e imagens distintas) permitindo ao operador definir a melhor forma de inspeção por inspecionado com emissão da menor dose de radiação possível pela solução;

15.29. O equipamento deverá realizar a geração de duas imagens (dual view) simultaneamente e independentes entre si, uma do corpo inteiro e a outra da área central do corpo (tronco), oriundas de geradores de raio X diferentes, geradas em tempo real, que permita visualizar com clareza as cavidades internas do abdômen, sem utilização de recursos adicionais;

Após análise das especificações técnicas constantes do presente Termo de Referência, constata-se que a opção pela configuração composta por dois geradores fixos, cada um destinado à geração de uma imagem distinta, implica, de forma automática, em uma dose de radiação mais elevada por inspeção. Essa condição acarreta, como consequência, a redução no número de inspeções anuais por indivíduo, o que pode comprometer significativamente a segurança e a operacionalidade da instituição penitenciária que venha a adotar o uso de desse equipamento.

Frisa-se que o aumento na dose de radiação absorvida não é uma característica exclusiva de um único fornecedor, mas sim um fator inerente à utilização de dois geradores de raios-X para a geração das imagens, configurando-se, portanto, como um padrão de mercado para essa configuração específica de equipamento.

Em contrapartida, a tecnologia denominada “single view” expõe o inspecionado a uma menor dose de radiação, uma vez que o equipamento é composto por apenas um gerador de raios-X. Essa configuração foi projetada e otimizada para gerar imagens de alta resolução, assegurando, assim, eficiência na identificação de itens suspeitos, ao mesmo tempo em que reduz significativamente a exposição à radiação

Essa tecnologia possibilita a visualização completa do corpo, gerando, como já mencionado, imagens de alta definição com baixa exposição à radiação. Além disso, destaca-se que a imagem das áreas do abdômen e tórax pode ser obtida de forma focada, por meio da ferramenta de zoom disponível, sem que haja perda de qualidade ou comprometimento da capacidade de penetração das imagens. A centralização do controle em uma única imagem é essencial para garantir que o inspecionado seja exposto à menor quantidade possível de radiação, ao mesmo tempo em que proporciona ao agente uma análise mais ágil e eficaz.

Assim, a tecnologia “single view” oferece maior segurança, eficiência e precisão nas inspeções, com a menor dose de radiação possível. Essa configuração garante o uso otimizado do equipamento sem comprometer a qualidade do diagnóstico, traduzindo-se em benefícios tanto para os operadores quanto para os inspecionados.

Os argumentos acima expostos refletem a realidade atual do mercado, no qual os mais recentes processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, voltados ao fornecimento de equipamentos de inspeção corporal, adotaram como base a tecnologia “single view”, em razão de suas reconhecidas vantagens operacionais e de segurança.

2.2.1. INCOMPATIBILIDADES DA TECNOLOGIA DE DUPLA VISÃO (DUAL VIEW)

Além do exposto acima, ao analisar detidamente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, esta impugnante identificou incompatibilidades relevantes que evidenciam que a tecnologia de dupla visão (dual view) não atende de forma adequada às necessidades descritas por este i. Órgão, comprometendo, assim, a efetividade e a razoabilidade da contratação pretendida.

Isso se deve ao fato de que, ao tratar das especificações técnicas, este i. Órgão expressamente destaca, por meio do item 15.24 do Termo de Referência, a necessidade de se priorizar a menor dose de radiação possível a ser absorvida pela pessoa inspecionada. Veja-se:

15.24. A dose de radiação absorvida pela pessoa inspecionada deve ser de no máximo 4,5 µ(micro)Sv por inspeção

Esse Item reforça que, por razões de segurança, o equipamento dotado de tecnologia “single view”, ou seja, com apenas uma única fonte geradora de raios-X, seria o mais adequado para atender a essa exigência.

Dessa forma, a exigência relativa à dose reduzida de radiação, tal como estabelecida no Termo de Referência, evidencia que este i. Órgão reconhece a importância de mitigar a exposição à radiação ionizante, em consonância com o princípio da proteção à saúde e à segurança tanto das pessoas inspecionadas quanto dos operadores dos equipamentos

Assim, ao compatibilizar a exigência de baixa exposição à radiação com a necessidade de alta qualidade de imagem, resta evidente que a tecnologia que melhor atende a tais objetivos é a “single view”, que, por utilizar apenas um (1) gerador de raios-X, assegura a produção de imagens de alta resolução com a menor dose de radiação possível.

Destaca-se, além do exposto que a tecnologia “single view” é mais simples de operar, permitindo ao operador reduzir tanto o risco de erros quanto o tempo necessário para analisar as imagens geradas pelo equipamento. Em contrapartida, a geração de imagens simultâneas e independentes, como ocorre no modo dual view, pode causar dificuldades e atrasos na interpretação das imagens, comprovando ser uma tecnologia desvantajosa para a administração pública, pois compromete a agilidade e a eficiência do processo de inspeção.

Diante do exposto, e considerando que os fundamentos apresentados por esta impugnante refletem a realidade atual do mercado, observa-se que a Administração Pública tem, de forma reiterada, optado pela contratação de equipamentos que operam com tecnologia “single view”, em razão de suas vantagens operacionais, econômicas e de segurança.

Assim, requer-se a retificação do edital, com a devida revisão das especificações técnicas, a fim de que os equipamentos com tecnologia “dual view” sejam substituídos por modelos que utilizem a tecnologia “single view”, em consonância com as necessidades identificadas pelo próprio órgão e com as melhores práticas adotadas pela Administração Pública em processos recentes.

Portanto, requer-se a imediata revisão do instrumento convocatório para adequá-lo às condições técnicas efetivamente compatíveis com os requisitos estipulados de baixa exposição à radiação, de modo a assegurar o respeito aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, todos indispensáveis à regularidade do certame.

Com fundamento nas considerações expostas, apresentam-se a seguir as sugestões de retificação das especificações técnicas, com vistas à adequação do edital:

15.28. O equipamento deverá permitir a inspeção no modo de visão única (single view) e gerar uma segunda imagem ampliada da região do tórax a partir da primeira imagem, permitindo ao operador definir a melhor forma de inspeção para cada inspecionado(a), com a emissão da menor dose de radiação possível pela solução.

15.29. O equipamento deverá possibilitar a visualização de duas imagens simultâneas: a primeira correspondente ao corpo inteiro do(a) inspecionado(a) e a segunda com foco específico na região do tórax.

2.3. DA INTEGRAÇÃO COM OUTROS EQUIPAMENTOS

Conforme se verifica, o Item 15.54 do Termo de Referência do edital estabelece o seguinte requisito técnico:

15.54. O equipamento deve possuir a capacidade de integração junto aos demais scanners corporais adquiridos por esta SEJUS RO, a fim de registrar a radiação total recebida por qualquer usuário nos presídios administrados por esta Secretaria de forma unificada respeitando assim os critérios e determinações quanto ao limite de radiação absorvida imposto pela CNEN;

Cumprir esclarecer que cada fabricante de equipamentos de segurança desenvolve suas tecnologias com base em pesquisas próprias, adotando padrões e protocolos de comunicação específicos, muitas vezes protegidos por segredos industriais. Tais características resultam em sistemas que não são, em regra, compatíveis com produtos de outros fabricantes, especialmente com aqueles que, na prática, são seus concorrentes diretos.

Dessa forma, exigir a integração entre dispositivos de diferentes fabricantes não apenas afronta a liberdade de desenvolvimento industrial como também impõe um ônus técnico desproporcional, tornando inviável a participação de diversos fornecedores.

Essa exigência cria uma barreira à competitividade, restringindo indevidamente a ampla participação no certame, em desacordo com os princípios constitucionais da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso, a tentativa forçada de integrar equipamentos de diferentes fabricantes, sem garantias de compatibilidade plena, pode resultar em sérios problemas operacionais, colocando em risco o correto funcionamento do sistema, sua eficiência, a segurança dos usuários e a própria integridade dos processos de inspeção. Tais falhas comprometeriam o objetivo maior da contratação, que é garantir a máxima eficácia no controle de acesso e segurança do ambiente prisional.

Nesse contexto, a IMPUGNANTE solicita a reconsideração e a consequente remoção da exigência de integração, de forma a assegurar a ampla competitividade do certame e a escolha da solução técnica mais segura e eficiente para a Administração.

2.4. DA NECESSÁRIA MAJORAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

Ao dispor sobre o prazo para implementação da solução contratada, este i. Órgão estabelece, por meio do item 16.3.1 do Termo de Referência, o seguinte prazo:

16.3.1. A Contratada terá no máximo 90 (noventa) dias após a Autorização de Implantação, para entrega dos equipamentos e periféricos, realização da instalação dos equipamentos e software, treinamento e operação assistida, conforme cronograma macro de implantação;

Reconhece-se a importância da execução célere e conclusão eficaz do presente projeto para esta i. Secretaria. No entanto, é imperioso destacar que, a depender das circunstâncias concretas, o prazo estabelecido poderá revelar-se inexecutável, considerando-se o grau de complexidade inerente aos equipamentos que empregam tal tecnologia, especialmente quando comparado ao cenário econômico atual e ao tempo necessário para sua produção, importação e instalação.

Destaca-se que os equipamentos de inspeção corporal, por si só, já são produtos de extrema complexidade, alta tecnologia e de custo elevado. Desta forma, não são mantidos em estoque por longo período e, na maioria das vezes, são produzidos sob demanda.

Além disso, o tempo de produção do equipamento deve estar em sinergia com o cronograma de entrega dos fornecedores. No entanto, o cenário mercadológico tem apresentado oscilações constantemente com variações econômicas, o que impacta diretamente na produção dos equipamentos. Por este motivo, hoje o prazo conforme estabelecido no instrumento convocatório, revela-se exíguo, colocando a futura contratada sob risco de não cumprimento dos prazos fixados no contrato a ser firmado.

Ademais, o prazo estipulado pode representar um fator restritivo à ampla participação de fornecedores no certame, o que configura violação aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da ampla competitividade, podendo, assim, comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se que a ampliação do prazo de entrega não significará automaticamente que a contratada realizará o fornecimento no prazo final ali estabelecido, mas visa proporcionar uma maior flexibilidade na execução do contrato, permitindo, assim, a participação de um número maior de concorrentes qualificados.

Essa medida garante que todos os participantes possam concorrer em condições de igualdade, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

Assim, como medida de segurança e flexibilização, bem como em observância aos princípios da isonomia e competitividade do certame, pugna-se pela alteração do prazo de entrega previsto no edital que deve ser alterado para 210 (duzentos e dez) dias, e pela alteração do prazo de substituição dos equipamentos, de forma que passe a constar:

16.3.1. A Contratada terá no máximo 210 (duzentos e dez) dias após a Autorização de Implantação, para entrega dos equipamentos e periféricos, realização da instalação dos equipamentos e software, treinamento e operação assistida, conforme cronograma macro de implantação;

2.5. DOS ATENDIMENTOS – SLA – PRAZO DE RESOLUÇÃO

Ao tratar dos níveis de atendimento, o Termo de Referência do edital estabelece, nos itens 17.11.3, 18.5, 18.6 e 20.2.1, prazos extremamente exíguos para a substituição de equipamentos em caso de defeito de fabricação, especificamente para a troca de peças (48 horas) e para a recuperação ou substituição definitiva dos equipamentos defeituosos (5 dias corridos).

Embora tais exigências possam ser compreendidas no intuito de garantir a continuidade do serviço, elas se revelam desproporcionais e inexecutáveis, considerando as condições logísticas do país.

Cumprir ressaltar que alguns dos componentes que compõem os equipamentos licitados possuem transporte restrito por vias aéreas, exigindo, obrigatoriamente, o envio por transporte rodoviário.

Assim, considerando as dimensões continentais do território brasileiro, além da disponibilidade e prazos de entrega de peças específicas, o cumprimento dos prazos estipulados no edital torna-se inviável.

Nesse contexto, a manutenção de tais prazos pode, portanto, não apenas comprometer a execução do contrato, mas também gerar riscos operacionais para a Administração Pública, especialmente no tocante à operabilidade dos equipamentos e à consequente segurança das unidades prisionais onde se encontrarem instalados.

Dessa forma, para garantir a viabilidade da execução contratual e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a IMPUGNANTE solicita que sejam retificados os Itens mencionados, nos seguintes termos:

17.11.3: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para troca sem necessidade de peças, e até 15 (quinze) dias para substituição com necessidade de troca de peças, contados da notificação ao fornecedor;

18.5: manutenção do prazo de início do atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, e conclusão dos serviços em até 3 (três) dias corridos, desde que não haja necessidade de troca de peças;

18.6: substituição provisória do equipamento caso não seja possível a recuperação em até 15 (quinze) dias corridos, com substituição definitiva caso constatada a impossibilidade de reparo em até 30 (trinta) dias;

20.2.1: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para manutenção corretiva sem necessidade de troca de peças e de até 15 (quinze) dias quando necessária a substituição de peças.

Ressalta-se que as modificações sugeridas têm como objetivo único assegurar a compatibilidade entre as exigências editalícias e a realidade logística e operacional, garantindo, ao mesmo tempo, o atendimento célere às demandas da Administração Pública e a viabilidade da execução contratual. Tais ajustes são fundamentais para assegurar o cumprimento dos princípios da razoabilidade e da competitividade, conforme preceituado pela legislação vigente.

2.6. DA QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS – DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Na análise minuciosa dos documentos anexos ao edital, constatou-se uma inconsistência entre as quantidades de fornecimento previstas nos anexos e aquelas efetivamente necessárias e acordadas entre as partes. Tal incoerência compromete a precisão e exatidão das informações, o que pode impactar diretamente o cumprimento do objeto contratual, bem como a execução dos serviços ou a entrega dos produtos.

A divergência nas quantidades, caso não seja corrigida, poderá resultar em prejuízos tanto para a Administração Pública quanto para a empresa fornecedora, comprometendo o equilíbrio e a boa-fé contratual. Além disso, poderá ocasionar equívocos no planejamento logístico, dificuldades na execução do contrato e até comprometer o prazo de entrega ou a qualidade do fornecimento.

Diante do exposto, a IMPUGNANTE solicita a ratificação da quantidade correta de fornecimento, a ser formalmente ajustada nos anexos do Termo de Referência, com o objetivo de garantir a clareza e a transparência no cumprimento das obrigações contratuais.

Por fim, considerando a relevância de assegurar a correta execução do contrato e evitar prejuízos decorrentes da divergência nas quantidades, requer-se que seja efetuada a devida correção nos anexos do edital, de modo que seja ratificado os números adequados, garantindo a integridade da execução contratual.

2.7. DA DOAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DOS BENS PARA A CONTRATANTE

Ao analisar o instrumento convocatório, especialmente no que tange às vigências, deveres e justificativas da contratação, além de outros itens, observou-se que é estabelecida a possibilidade de doação dos bens ao término da vigência de 12 (doze) meses do contrato, conforme verifica-se a seguir:

14.2. Da Justificativa para Locação dos Equipamentos e Não Pela Aquisição

14.2.5. Em segundo lugar e, talvez a parte mais importante do estudo sobre a vantajosidade, o contrato em questão, ao final da prorrogação de mais 12 (doze) meses o equipamento será doado à Secretaria de Justiça, isto é ao final do contrato de locação os bens decorrentes serão revestidos ao patrimônio da Administração Pública Contratante. Portanto, ao fim do contrato o Estado integralizará ao seu patrimônio os body's scans do contrato em questão.

DEVERES DA CONTRATADA:

27.1.1. Da Contratada

p) Em caso da CONTRATADA manifestar-se pela prorrogação contratual, os equipamentos poderão ser incorporados ao patrimônio da CONTRATANTE, por meio de termo de doação da empresa CONTRATADA

40.3. No caso da CONTRATADA manifestar-se pela prorrogação contratual, os equipamentos poderão ser incorporados ao patrimônio da CONTRATANTE, por meio de termo de doação da empresa contratante

As obrigações mencionadas estabelecem a possibilidade de doação de bens por parte da empresa contratada à Administração Pública, como condição atrelada à prorrogação contratual. Entretanto, a imposição ou previsão dessa natureza carece de fundamentação jurídica, uma vez que tal disposição não encontra amparo na legislação que rege as licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), e tampouco dispõe de autorização legal específica para essa forma de incorporação de bens ao patrimônio público, sem que haja uma regulamentação adequada.

Embora o instrumento convocatório apresente alguns cenários ocorridos no passado desta i. Secretaria, cumpre esclarecer que decretos e leis foram objeto de adequações desde então, razão pela qual o referido estudo deve ser fundamentado no cenário e nas condições atuais, em conformidade com a legislação vigente e os parâmetros normativos atualizados.

Além disso, a doação de bens à Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, além de estar devidamente motivada, autorizada e documentada por meio de ato formal, o que não se verifica na redação vaga e genérica ora impugnada.

A exigência implícita de que a empresa contratada doe seus equipamentos à contratante configura ônus excessivo e potencial desequilíbrio contratual, o que compromete a isonomia entre os licitantes e pode violar o princípio da competitividade.

Ademais, trata-se de cláusula que impõe obrigação acessória sem a devida previsão no termo de referência ou justificativa técnica e econômica, o que fere a transparência e a segurança jurídica do certame.

Nesse contexto, requer-se a retirada ou reformulação do edital, de modo que seja excluído qualquer menção a doação de equipamentos sem respaldo jurídico específico.

No entanto, caso a esta i. Secretaria opte por manter a previsão de incorporação de bens ao patrimônio público, recomenda-se que referida disposição seja devidamente fundamentada em bases legais, técnicas e econômicas, com a inclusão expressa de todos os termos, condições e justificativas no edital e em seus anexos.

2.8. DA OBRIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Ao analisar o instrumento convocatório, verifica-se que este impõe à Contratada a obrigação de realizar movimentações dos equipamentos instalados, conforme verifica-se abaixo:

MINUTA DO CONTRATO

2.2.4. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

TERMO DE REFERÊNCIA

2.6.4. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

16.2.3. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

Entende-se que referida exigência impõe ônus excessivo à contratada, em afronta aos princípios da legalidade, da economicidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A imposição de realizar reinstalações múltiplas, complexas e onerosas, sem a devida contrapartida financeira, representa uma indevida transferência de riscos à contratada, os quais, por sua natureza, deveriam ser assumidos pela Administração Pública.

Ademais, competia à Administração, ciente da possibilidade de alterações no sistema prisional, antever tal cenário e, nesse sentido, realizar previamente os estudos técnicos necessários e definido, na fase de planejamento da licitação, os locais definitivos de instalação. A ausência desse planejamento adequado resulta em deslocamento indevido da responsabilidade pela incerteza da execução contratual, o que não é compatível com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que diz respeito ao princípio do planejamento e do tratamento equitativo entre os licitantes.

Destaca-se, ainda, que a imposição à contratada da obrigação de realizar até três reinstalações completas, sem qualquer contraprestação financeira, gera incerteza quanto ao efetivo custo da execução contratual. Tal indefinição compromete a adequada formulação de propostas justas, equilibradas e tecnicamente viáveis, além de representar fator restritivo à ampla competitividade do certame, podendo, inclusive, desestimular a participação de empresas potencialmente interessadas.

Dessa forma, requer-se a revisão do instrumento convocatório, com a supressão da obrigação de reinstalação sem ônus ou, alternativamente, que seja prevista compensação financeira proporcional para os casos de deslocamento e reinstalação em novos locais.

2.9. DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Inicialmente, cumpre esclarecer que o instrumento convocatório apresenta evidente divergência entre suas próprias disposições, o que compromete a necessária clareza e a segurança jurídica do certame, em afronta aos princípios da legalidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório.

O Item 22.4 do edital estabelece que será exigido atestado(s) de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, especificando como suficientes os documentos que comprovem o fornecimento, instalação e assistência técnica para canal de inspeção composto de equipamentos de vistoria de volumes, sem fazer menção expressa e obrigatória à manutenção dos equipamentos.

Entretanto, em claro conflito com o Item acima mencionado, o Item 28.4.3, alínea “a”, estabelece como obrigatória a comprovação de “locação e manutenção de equipamentos de inspeção corporal (body scanner)” como condição mínima de qualificação técnica.

A exigência acima extrapola o conteúdo originalmente previsto no Item 22.4 do edital e contraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que impõe uma condição mais restritiva do que aquela inicialmente descrita para comprovação da capacidade técnica.

Adicionalmente, ressalta-se o excesso de formalismo adotado no edital, bem como a inobservância da realidade administrativa vigente quanto à forma usual de emissão dos atestados de capacidade técnica por entes públicos e privados. Com efeito, cada órgão ou entidade possui modelos padronizados próprios, os quais, não raramente, deixam de especificar de maneira exaustiva todos os serviços efetivamente prestados, como, por exemplo, os serviços de manutenção. Ressalta-se que, ao exigir de forma inflexível que conste expressamente a “manutenção” nos atestados, o órgão licitante viola o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, restringindo indevidamente a competitividade e prejudicando empresas que, embora tenham efetivamente executado todos os serviços objeto do contrato (inclusive a manutenção), não possuem atestados com essa descrição minuciosa por uma questão meramente formal.

Cumpre observar, ainda, o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que veda a imposição de restrições relativas a prazos ou locais específicos na apresentação de atestados de capacidade técnica, bem como estabelece que a exigência desses documentos deve se limitar às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto licitado.

O edital, contudo, extrapola os limites legais ao exigir, de forma excessivamente pormenorizada e formalista, a descrição dos serviços nos atestados apresentados, desconsiderando a efetiva comprovação da experiência prática na execução das atividades exigidas.

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. A retificação da redação constante no item 28.4.3, alínea “a”, de modo a compatibilizá-la com o disposto no item 22.4 do edital e com os princípios legais aplicáveis, especialmente os da razoabilidade, isonomia e legalidade, permitindo a aceitação de atestados que comprovem a execução do objeto contratual referente à locação de equipamentos de inspeção corporal de forma ampla, sem a obrigatoriedade de menção expressa à manutenção, desde que esta esteja compreendida no escopo do serviço prestado; e

2. A revisão da exigência de descrição minuciosa e formalista nos atestados de capacidade técnica, em observância à realidade administrativa dos entes que emitem esses documentos.

Sendo assim, requer-se a retificação do instrumento convocatório nos termos delineados acima, permitindo a ampliação da competitividade do certame, ao garantir a participação de um universo maior de licitantes

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja a presente Impugnação ao Edital acolhida em seu efeito suspensivo para, no mérito, ser provida em sua integralidade, retificando os itens do instrumento convocatório acima aludidos, passíveis de restrição à competitividade e violação aos princípios aplicáveis, realizando-se a republicação do edital, devidamente saneado, e respectivo prosseguimento regular do certame

(...)

► RESPOSTA SEJUS-DAPP - (0059871534)

(...)

2.1. DA PESQUISA DE MERCADO

Ponto 1) Nesse contexto, requer-se que o presente processo licitatório retorne à fase de pesquisa de mercado, a fim de que seja oportunizado o diálogo adequado com os fabricantes e distribuidores dos equipamentos em questão, para que os preços envolvidos na contratação reflitam os preços praticados no mercado.

Resposta: Foi acatado o pedido pelo setor competente no id 0059842279 no Despacho SUPEL-CPEAP.

Contudo, a SAMS consta 12 meses e não 48, logo, o processo deverá retornar para pesquisa de mercado.

2.2. DA INCOMPATIBILIDADES DA TECNOLOGIA DE DUPLA VISÃO (DUAL VIEW) - TECNOLOGIA DE DUPLA VISÃO PARA O EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO CORPORAL E

Ponto 2) Esse Item reforça que, por razões de segurança, o equipamento dotado de tecnologia “single view”, ou seja, com apenas uma única fonte geradora de raios-X, seria o mais adequado para atender a essa exigência. Dessa forma, a exigência relativa à dose reduzida de radiação, tal como estabelecida no Termo de Referência, evidencia que este i. Órgão reconhece a importância de mitigar a exposição à radiação ionizante, em consonância com o princípio da proteção à saúde e à segurança tanto das pessoas inspecionadas quanto dos operadores dos equipamentos.

Assim, requer-se a retificação do edital, com a devida revisão das especificações técnicas, a fim de que os equipamentos com tecnologia “dual view” sejam substituídos por modelos que utilizem a tecnologia “single view”, em consonância com as necessidades identificadas pelo próprio órgão e com as melhores práticas adotadas pela Administração Pública em processos recentes.

Com fundamento nas considerações expostas, apresentam-se a seguir as sugestões de retificação das especificações técnicas, com vistas à adequação do edital:

15.28. O equipamento deverá permitir a inspeção no modo de visão única (single view) e gerar uma segunda imagem ampliada da região do tórax a partir da primeira imagem, permitindo ao operador definir a melhor forma de inspeção para cada inspecionado(a), com a emissão da menor dose de radiação possível pela solução.

15.29. O equipamento deverá possibilitar a visualização de duas imagens simultâneas: a primeira correspondente ao corpo inteiro do(a) inspecionado(a) e a segunda com foco específico na região do tórax

Resposta: O pedido trata-se da tecnologia de dupla visão para equipamento de inspeção corporal.

Em resposta à solicitação, esta Diretoria possui o entendimento de que a tecnologia de bodyscan modelo dual view possui **uma qualidade de imagem superior quando se analisa a imagem do tórax e abdômen do inspecionado**, facilitando a identificação dos objetos ingeridos ou inseridos, desse modo permaceremos com a contratação do bodyscan modelo dual view, ressaltando que um dos modos de operação deverá estar na medida máxima de 4,5 µ(micro)sv por inspeção.

Importante ressaltar que essa tecnologia oferece vantagens significativas na detecção de objetos ilícitos e na segurança.

Tradicionalmente, um scanner corporal gera uma imagem a partir de uma única perspectiva. A tecnologia Dual View (visão dupla) utiliza **dois geradores de raios-X independentes** e dois módulos detectores, o que permite obter **duas imagens do indivíduo ou objeto inspecionado a partir de ângulos diferentes**. Essas imagens são então combinadas e processadas, criando uma visão mais completa e detalhada do que está sendo inspecionado.

As vantagens são maior precisão na detecção, redução de falsos positivos, otimização do tempo de inspeção, segurança radiológica, pois os equipamentos mais modernos com tecnologia dual view são projetados para emitir baixa dose de radiação, garantindo segurança tanto do indivíduo inspecionado quanto do operador.

Nesse sentido, será mantido a tecnologia *dual view*, com a observação que se na pesquisa de mercado foi cotado com a tecnologia *single view*, deverá na oportunidade ser feita a pesquisa com base nesta tecnologia.

2.3. DA INTEGRAÇÃO COM OUTROS EQUIPAMENTOS

Ponto 3) 2.3. DA INTEGRAÇÃO COM OUTROS EQUIPAMENTOS

Conforme se verifica, o Item 15.54 do Termo de Referência do edital estabelece o seguinte requisito técnico: 15.54. O equipamento deve possuir a capacidade de integração junto aos demais scanners corporais adquiridos por esta SEJUS RO, a fim de registrar a radiação total recebida por qualquer usuário nos presídios administrados por esta Secretaria de forma unificada respeitando assim os critérios e determinações quanto ao limite de radiação absorvida imposto pela CNEN;

Nesse contexto, a IMPUGNANTE solicita a reconsideração e a consequente remoção da exigência de integração, de forma a assegurar a ampla competitividade do certame e a escolha da solução técnica mais segura e eficiente para a Administração.

Resposta: **Solicitação aceita, remove-se este item 15.54 da exigência de integração.**

2.4. DA NECESSÁRIA MAJORAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

Ponto 4) Assim, como medida de segurança e flexibilização, bem como em observância aos princípios da isonomia e competitividade do certame, pugna-se pela alteração do prazo de entrega previsto no edital que deve ser alterado para 210 (duzentos e dez) dias, e pela alteração do prazo de substituição dos equipamentos, de forma que passe a constar: 16.3.1. A Contratada terá no máximo 210 (duzentos e dez) dias após a Autorização de Implantação, para entrega dos equipamentos e periféricos, realização da instalação dos equipamentos e software, treinamento e operação assistida, conforme cronograma macro de implantação;

Resposta: Consta do TR no item 16.3 sobre prazo:

16.3 Do Prazo

16.3.1 A Contratada terá no máximo 90 (noventa) dias após a Autorização de Implantação, para entrega dos equipamentos e periféricos, realização da instalação dos equipamentos e software, treinamento e operação assistida, conforme cronograma macro de implantação;

16.3.2 O prazo a que se refere o item anterior poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias pela autoridade competente, caso a Contratada se manifeste tempestivamente e fundamentadamente sobre a necessidade de sua protelação, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência do término do prazo.

Permanece o prazo, uma vez que consta que poderá ser prorrogado por até 30 dias, ou seja, o prazo total poderá ser de até 120 dias.

2.5. DOS ATENDIMENTOS – SLA – PRAZO DE RESOLUÇÃO

Ponto 5) Ao tratar dos níveis de atendimento, o Termo de Referência do edital estabelece, nos itens 17.11.3, 18.5, 18.6 e 20.2.1, prazos extremamente exíguos para a substituição de equipamentos em caso de defeito de fabricação, especificamente para a troca de peças (48 horas) e para a recuperação ou substituição definitiva dos equipamentos defeituosos (5 dias corridos)

Dessa forma, para garantir a viabilidade da execução contratual e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a IMPUGNANTE solicita que sejam retificados os Itens mencionados, nos seguintes termos:

17.11.3: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para troca sem necessidade de peças, e até 10 (dez) dias para substituição com necessidade de troca de peças, contados da notificação ao fornecedor;

18.5: manutenção do prazo de início do atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, e conclusão dos serviços em até 3 (três) dias corridos, desde que não haja necessidade de troca de peças;

18.6: substituição provisória do equipamento caso não seja possível a recuperação em até 15 (quinze) dias corridos, com substituição definitiva caso constatada a impossibilidade de reparo em até 30 (trinta) dias;

20.2.1: prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para manutenção corretiva sem necessidade de troca de peças e de até 15 (quinze) dias quando necessária a substituição de peças.

Resposta:

Altera-se o:

17.11.3 Caso algum objeto apresente defeito de fabricação durante o período de garantia, o fornecedor, de forma solidária, se compromete a efetuar a troca sem ônus para a Administração no prazo em ATÉ 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 48 (vinte e quatro) horas quando a substituição de peças for necessária, a contar da notificação ao fornecedor

Para:

17.11.3 Caso algum objeto apresente defeito de fabricação durante o período de garantia, o fornecedor, de forma solidária, se compromete a efetuar a troca sem ônus para a Administração no prazo em ATÉ 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e até 10 (dez) dias úteis para substituição com necessidade de troca de peças, contados da notificação ao fornecedor;

Altera-se:

18.5 A assistência técnica deverá ser realizada no local da instalação de 06:00 às 19:00 (seis a dezenove horas) de segunda a domingo, tendo seu início dentro de um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de comunicação formal (contato telefônico ou eletrônico) realizado pela CONTRATANTE e recebido pela área responsável da CONTRATADA, tendo esta o prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento do chamado de abertura, para a conclusão dos serviços técnicos e restabelecimento de funcionamento dos equipamentos.

Para:

18.5 A assistência técnica deverá ser realizada no local da instalação de 06:00 às 19:00 (seis a dezenove horas) de segunda a domingo, tendo seu início dentro de um período máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento de comunicação formal (contato telefônico ou eletrônico) realizado pela CONTRATANTE e recebido pela área responsável da CONTRATADA, tendo esta o prazo de 3 (três) dias corridos após o recebimento do chamado de abertura, para a conclusão dos serviços técnicos e restabelecimento de funcionamento dos equipamentos, **desde que não haja necessidade de troca de peças;**

Altera-se:

18.6 Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de 05 (cinco) dias corridos, deve ser providenciada, pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, novo, de primeiro uso, em caráter provisório. Caso a CONTRATADA constata a impossibilidade do reparo em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de abertura do chamado de assistência técnica, a substituição passará a ser definitiva.

Para:

18.6 Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de até 15(quinze) dias corridos, deve ser providenciada, pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, novo, de primeiro uso, em caráter provisório e substituição definitiva caso constatada a impossibilidade de reparo em até 30 (trinta) dias;

Altera-se:

20.2 Resolução de problemas diagnosticados:

20.2.1 Em até 24 (vinte e quatro) horas quando não incorrer em troca de peças, e em até 48 (vinte e quatro) horas quando a substituição de peças for necessária. Os prazos serão computados a partir do horário de abertura do chamado.

Para:

20.2 Resolução de problemas diagnosticados:

20.2.1 Em até 72 (setenta e duas) horas quando não incorrer em troca de peças, **e em até 05 (cinco) dias úteis** quando a substituição de peças for necessária. Os prazos serão computados a partir do horário de abertura do chamado.

2.6. DA QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS – DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Ponto 6) Diante do exposto, a IMPUGNANTE solicita a ratificação da quantidade correta de fornecimento, a ser formalmente ajustada nos anexos do Termo de Referência, com o objetivo de garantir a clareza e a transparência no cumprimento das obrigações contratuais.

Por fim, considerando a relevância de assegurar a correta execução do contrato e evitar prejuízos decorrentes da divergência nas quantidades, requer-se que seja efetuada a devida correção nos anexos do edital, de modo que seja ratificado os números adequados, garantindo a integridade da execução contratual.

Resposta: Já foi esclarecido o ponto 1-a deste documento.

Contudo, ratifica-se que a quantidade mínima trata-se da contratação, conforme artigo art.121 do Decreto estadual 28.874/2024 e deverá ser ofertado a proposta do valor total dos 32 equipamentos, somando as quantidades solicitadas por todos os participantes do certame (SEJUS-FEASE-SEDEC).

O que foi alterado foi a quantidade **mínima para a SEJUS de 10 para 2 locações de equipamentos e será feita uma nova SAMS com vigência contratual de 48 meses.**

2.7. DA DOAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DOS BENS PARA A CONTRATANTE

Ponto 7) Nesse contexto, requer-se a retirada ou reformulação do edital, de modo que seja excluído qualquer menção a doação de equipamentos sem respaldo jurídico específico. No entanto, caso a esta i. Secretaria opte por manter a previsão de incorporação de bens ao patrimônio público, recomenda-se que referida disposição seja devidamente fundamentada em bases legais, técnicas e econômicas, com a inclusão expressa de todos os termos, condições e justificativas no edital e em seus anexos.

Resposta: A Lei nº 14.133/2021, em seu **Art. 76, inciso II, alínea "a"**, permite a alienação (que inclui a doação) de bens móveis da Administração Pública. Embora esse artigo trate da alienação DE bens PÚBLICOS, a lógica se aplica à entrada de bens no patrimônio público via doação. Qualquer doação para a Administração Pública deve ser motivada pelo **interesse público**. No caso dos body scanners, o interesse público é evidente: a melhoria da segurança pública, a eficiência na inspeção, e a economia de recursos públicos que, de outra forma, seriam gastos na aquisição dos equipamentos.

Para fins de esclarecer melhor a cláusula contratual que a **formalização da doação por meio de termo próprio**, após a manifestação da CONTRATADA e a aceitação formal da CONTRATANTE.

Altera-se :

40.3 No caso da CONTRATADA manifestar-se pela prorrogação contratual, os equipamentos poderão ser incorporados ao patrimônio da CONTRATANTE, por meio de termo de doação da empresa contratante.

Para:

CLÁUSULA DE INCORPORAÇÃO DE BENS AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE

DO OBJETO DA INCORPORAÇÃO: Sem prejuízo das demais obrigações contratuais, e em caso de **manifestação expressa da CONTRATANTE pela prorrogação deste contrato** após o período inicial de 48 (quarenta e oito) meses de locação, a **CONTRATADA se obriga a doar e transferir a propriedade dos equipamentos locados** discriminados no Termo de Referência, para o patrimônio da CONTRATANTE.

FORMALIZAÇÃO DA DOAÇÃO: A doação e a consequente incorporação dos bens ao patrimônio da CONTRATANTE serão formalizadas por meio de **Termo de Doação** específico, a ser assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias após a formalização da prorrogação contratual.

CONDIÇÕES DOS BENS: Os equipamentos deverão ser doados em **perfeito estado de conservação e funcionamento**, ressalvadas as condições de desgaste natural pelo uso regular durante o período de locação, devendo a CONTRATADA fornecer todos os manuais, chaves de acesso e licenças de software eventualmente vinculadas ao hardware, na medida do possível e aplicável.

ENCARGOS DA DOAÇÃO: A doação será realizada a **título gratuito, pura e simples**, sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades de natureza pecuniária ou técnica para a CONTRATANTE decorrentes da transferência da propriedade, salvo aqueles inerentes à manutenção e operação dos bens após a incorporação.

2.8. DA OBRIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Ponto 8) **MINUTA DO CONTRATO**

2.2.4. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

TERMO DE REFERÊNCIA 2.6.4. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

16.2.3. A Contratada deverá, além da instalação inicial, possibilitar 03 (três) retiradas dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus, em outros locais indicados pela Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, haja vista previsão de alterações no sistema prisional relativo a gestão terceirizada de unidades;

Entende-se que referida exigência impõe ônus excessivo à contratada, em afronta aos princípios da legalidade, da economicidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Dessa forma, requer-se a revisão do instrumento convocatório, com a supressão da obrigação de reinstalação sem ônus ou, alternativamente, que seja prevista compensação financeira proporcional para os casos de deslocamento e reinstalação em novos locais.

Resposta: Altera-se para a possibilidade de 01(uma) retirada dos locais especificados e fazer a reinstalação de toda a solução, sem ônus.

A cláusula demonstra uma visão de futuro e um planejamento estratégico por parte da Secretaria, antecipando as possíveis mudanças na gestão prisional e garantindo que a solução contratada possa acompanhá-las e por fim a Mitigação de Riscos Contratuais: Sem essa cláusula, a Secretaria estaria sujeita a renegociações contratuais dispendiosas caso precisasse mover a solução para novos locais. A previsão contratual inicial blinda a administração desses custos inesperados.

Nesse sentido, a referida cláusula contratual é fundamental para garantir que a Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia tenha a flexibilidade, a economicidade e a segurança operacional necessárias para adaptar a solução contratada às dinâmicas e futuras alterações no sistema prisional. **Todavia, reduzimos para 01 retirada apenas**

2.9. DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ponto 9) O Item 22.4 do edital estabelece que será exigido atestado(s) de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, especificando como suficientes os documentos que comprovem o fornecimento, instalação e assistência técnica para canal de inspeção composto de equipamentos de vistoria de volumes, sem fazer menção expressa e obrigatória à manutenção dos equipamentos

Entretanto, em claro conflito com o Item acima mencionado, o Item 28.4.3, alínea “a”, estabelece como obrigatória a comprovação de “locação e manutenção de equipamentos de inspeção corporal (body scanner)” como condição mínima de qualificação técnica.

1. A retificação da redação constante no item 28.4.3, alínea “a”, de modo a compatibilizá-la com o disposto no item 22.4 do edital e com os princípios legais aplicáveis, especialmente os da razoabilidade, isonomia e legalidade, permitindo a aceitação de atestados que comprovem a execução do objeto contratual referente à locação de equipamentos de inspeção corporal de forma ampla, sem a obrigatoriedade de menção expressa à manutenção, desde que esta esteja compreendida no escopo do serviço prestado; e 2. A revisão da exigência de descrição minuciosa e formalista nos atestados de capacidade técnica, em observância à realidade administrativa dos entes que emitem esses documentos

Resposta: Por se tratar de destinação de objetos específicos para as unidades prisionais, alteramos as exigências de atestado específicos para:

Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, **locação de equipamentos de inspeção corporal body scanner ou serviços de manutenção do item licitado**.

Compatibilidade em quantidade: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos no período de execução, comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente o serviço ou fornecimento, condizentes com o percentual de 5% do item para o qual a empresa apresentar proposta, ou seja, **locação de equipamento de body scanner ou serviços de manutenção do item licitado**.

(...)

► RESPOSTA - SUPEL-CPEAP (0059818673)

(...)

Preliminarmente, é oportuno salientar que a presente manifestação desta Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços (CPEAP), por meio de seus técnicos, restringe-se aos aspectos técnicos legais concernente aos atos praticados em observância às competências estabelecidas no art. 13, do [DECRETO Nº 27.948, DE 1º DE MARÇO DE 2023](#), bem como as formalidades técnicas procedimentais fixadas na [Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP](#).

Nossa função é apontar, sob o **ponto de vista técnico**, a conformidade da argumentação da licitante com os preceitos legais, **sem caráter vinculativo**, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do fato concreto e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada, segundo seu juízo de oportunidade e conveniência.

Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Passamos a esclarecer os pontos da representação formulada pela empresa **IMPUGNANTE**

Em relação a conformidade do objeto do Contrato 0723/SEJUS/PGE/2023 com o objeto do Pregão 90369/2024/SUPEL/RO, comparou-se o objeto de cada situação conforme destacada abaixo:

	objeto
Contrato 0723/SEJUS/PGE/2023	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com a previs necessário, de fornecimento de peças ou componentes exclusivos para o equipamento de INSPEÇÃO CORPORAL - BODY SC VMI, modelo: scanner sprectum bodyscan SV, visando atender a demanda das unidades prisionais do Estado de Rondônia - Sec de Justiça
Pregão 90369/2024/SUPEL/RO	Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de locação e manutenção de equipamentos de inspeção corpora incluindo software de cadastro, instalação, treinamento e operação assistida, bem como manutenção preventiva e corretiva dura contrato, para apoio aos procedimentos de segurança nas unidades prisionais, para atender necessidades da Secretaria de Estado SEJUS

Conforme exposto anteriormente, o contrato em questão trata da **manutenção preventiva e corretiva**, enquanto o Pregão aborda a **locação e manutenção de equipamentos**. Dessa forma, os valores constantes no contrato vigente podem não refletir com precisão os custos dos serviços acessórios relacionados ao objeto atualmente licitado.

No que se refere à observância do inciso I do artigo 53 do **Decreto nº 28.874/2024**, informamos que as pesquisas de preços foram conduzidas em conformidade com o disposto no **artigo 23 da Lei nº 14.133/2021**, bem como com o **Capítulo II da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL**, adotando-se os critérios e metodologias previstas, além da devida avaliação dos preços obtidos.

Em relação ao estudo de mercado para definição de marcas e modelos, esclarecemos que a pesquisa de preços tem como principal parâmetro a obtenção de referências públicas, utilizadas como base comparativa para aferição da razoabilidade dos valores.

Quanto a elaboração da pesquisa de preços, para definição do valor estimado, salienta-se que a competência é da secretaria de origem, devendo ser reproduzido no termo de referência, conforme expressa o art. 8º da [Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP](#). Senão vejamos:

Art. 8º **A elaboração de pesquisa de preço se dará no momento processual da elaboração da estimativa do valor** de que trata o art. 34, VI, do Decreto nº 28.874/24, o que **deverá ser reproduzido em item próprio do Termo de Referência**, nos termos do art. 42, IX, do referido normativo, e juntado aos autos por intermédio de quadro comparativo anexo ao instrumento de referência (**grifo nosso**).

Contudo,

A competência desta Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços (CPEAP) é de validar as pesquisas de preços encaminhadas pelas Unidades na forma do dispositivo supramencionado. Assim relata o art. 9º da IN 01. Nestas palavras:

Art. 9º Compete à Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços, desta Superintendência, validar as pesquisas de preços encaminhadas pelas Unidades na forma do art. 8º desta Instrução Normativa, a fim de verificar se a pesquisa de preços implementada observou os critérios e metodologias dispostos nesta Instrução Normativa.

Contudo, de forma excepcional, o § 6º do art. 8º da instrução normativa expressa que "**Caso não exista a discriminação do valor estimado para a contratação nos autos, em caráter excepcional, à Coordenação de Análise e Pesquisa de Preços caberá sua elaboração, sempre de acordo com o regramento previsto neste ato**".

Quanto ao valor estimado neste processo, pontua-se que foi realizado por esta especializada pelos motivos acima expostos, enfatizando que todos os atos praticados estão fundamentados nas diretrizes que norteiam os procedimentos administrativos para a pesquisa de preços, por exemplo, a Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, que "**dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional**".

Que foi observado pelo técnico desta coordenadoria os parâmetros exigidos no § 1º da Lei 14.133/2021, dessa forma:

Art. 23. (...)

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes **parâmetros**, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(...)

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital (grifo nosso).

Outra preocupação desta gerência é acerca da **metodologia** utilizada para obter o preço estimado, onde podemos mencionar o referido do art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP. *Ipsis verbis*:

"Art. 6º **Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos** na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

(...)

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, observados:

I - o percentual de coeficiente de variação de até 25,99% (vinte e cinco inteiros e noventa e nove centésimos por cento);

(...)

§ 3º. A metodologia de que trata o parágrafo anterior deve ser adotado como forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço, e deve ser levado em analisado a partir da Gestão e Análise de riscos constantes do processo (grifo nosso).

Portanto, esta gerência demonstra que se encontra efetivamente enquadrada em todos os ritos legais e administrativos obrigatórios, conforme supradito.

Entretanto, observa-se que os valores do contrato contido no Contrato 0723/SEJUS/PGE/2023, apesar de relativa descrição similar, podem não representar os acréscimos de serviços contidos no objeto do Pregão 90369/2024/SUPEL/RO.

a conclusão

Diante de tudo exposto, pode-se inferir dos dispositivos discorridos que, em tese, encontra-se consistente a argumentação apresentada pela empresa IMPUGNANTE, **no que tange a verificação do valor do Contrato 0723/SEJUS/PGE/2023, contido no Quadro Comparativo de Preços (0059333911)**

► **V - ESCLARECIMENTO - (0059777709)**

(...)

vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021; e no Item 06 do edital do certame em epígrafe, apresentar **IMPUGNAÇÃO**.

Estando o objeto do certame essencialmente relacionado ao âmbito de atuação da Impugnante, esta pretende apresentar proposta para a participação no Pregão Eletrônico, mas não sem antes esclarecer alguns aspectos que podem impactar diretamente em sua formulação. Isso porque, o Edital, tal como redigido, possui algumas falhas que, se devidamente sanadas, permitirão não somente a oferta de melhores propostas do ponto de vista técnico e financeiro, como a ampliação da competitividade, que consiste em um dos principais fins de todo e qualquer procedimento licitatório.

Diante disso, apresenta-se este pedido de esclarecimento de forma tempestiva, com o fim de esclarecer aspectos que podem ocasionar dúvidas fundadas com relação à elaboração da proposta, bem como ampliar o universo de possíveis competidores, caso devidamente sanadas, permitindo que a Administração Pública atinja às finalidades propostas para o certame, como se passa a demonstrar em seguida.

II. DO PONTO PASSÍVEL DE ESCLARECIMENTOS

2.1. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

Ao analisar o Termo de Referência do edital, identificou-se uma inconsistência entre os Itens 15.47 e 19.6.1.1, especificamente quanto à periodicidade exigida para a realização da manutenção preventiva dos equipamentos.

Enquanto o Item 15.47 estabelece que a manutenção preventiva deve ocorrer trimestralmente, o Item 19.6.1.1 determina que as inspeções e testes periódicos sejam realizados a cada quatro meses.

Tal divergência compromete a clareza dos requisitos contratuais e pode gerar insegurança jurídica quanto à correta execução contratual, razão pela qual se faz necessária a harmonização dos dispositivos mencionados.

Ante o exposto, requer-se a confirmação de que a periodicidade da manutenção preventiva será de 04 (quatro) meses, conforme estipulado no Item 19.6.1.1 do Termo de Referência do edital, prevalecendo tal frequência em relação à indicada no Item 15.47, a fim de evitar contratemplos e assegurar o pleno cumprimento das exigências contratuais.

III. DOS PEDIDOS

Exposto o termo do instrumento convocatório que merece esclarecimento, é preciso pontuar que a IMPUGNANTE é empresa nacional, que se dedica ao ramo de equipamentos de segurança, por meio da tecnologia de raios X, para inspeção de pessoas, bagagens, contêineres e veículos, e se encontra presente em mais de 170 (cento e setenta) países, reconhecida mundialmente por desenvolver tecnologias inovadoras de segurança e inspeção. Logo, possui expertise suficiente para abordar tais temáticas.

Ademais, requer-se, acaso se entenda inexistir dúvida passível de saneamento, sejam os presentes esclarecimentos recebidos como IMPUGNAÇÃO, alterando-se os termos do instrumento convocatório, a fim de atender às necessidades das licitantes, sob risco de afrontar os princípios da isonomia e da ampla competitividade das licitações

(...)

► **RESPOSTA SEJUS-DAPP - (0059871534)**

(...)

Ponto 1) 2.1. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

Ao analisar o Termo de Referência do edital, identificou-se uma inconsistência entre os Itens 15.47 e 19.6.1.1, especificamente quanto à periodicidade exigida para a realização da manutenção preventiva dos equipamentos. Enquanto o Item 15.47 estabelece que a manutenção preventiva deve ocorrer trimestralmente, o Item 19.6.1.1 determina que as inspeções e testes periódicos sejam realizados a cada quatro meses.

Ante o exposto, requer-se a confirmação de que a periodicidade da manutenção preventiva será de 04 (quatro) meses, conforme estipulado no Item 19.6.1.1 do Termo de Referência do edital, prevalecendo tal frequência em relação à indicada no Item 15.47, a fim de evitar contratemplos e assegurar o pleno cumprimento das exigências contratuais

Resposta: A manutenção preventiva deverá ocorrer na forma trimestral e a manutenção corretiva foi respondido no Ponto 5) 2.5. DOS ATENDIMENTOS – SLA – PRAZO DE RESOLUÇÃO, com as devidas alterações.

(...)

3 - DA DECISÃO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, através do Núcleo de Processamento, nomeada por força das **Portaria nº 290/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data de 04 de novembro de 2025, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório que, **JULGA - SE SANADO OS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros que se façam necessários através do telefone **(69) 3212-9243**, e-mail: cogen5.supel@gmail.com;

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

IVANIR BARREIRA DE JESUS

Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO

Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 04/12/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062270897** e o código CRC **9DB751D6**.

